

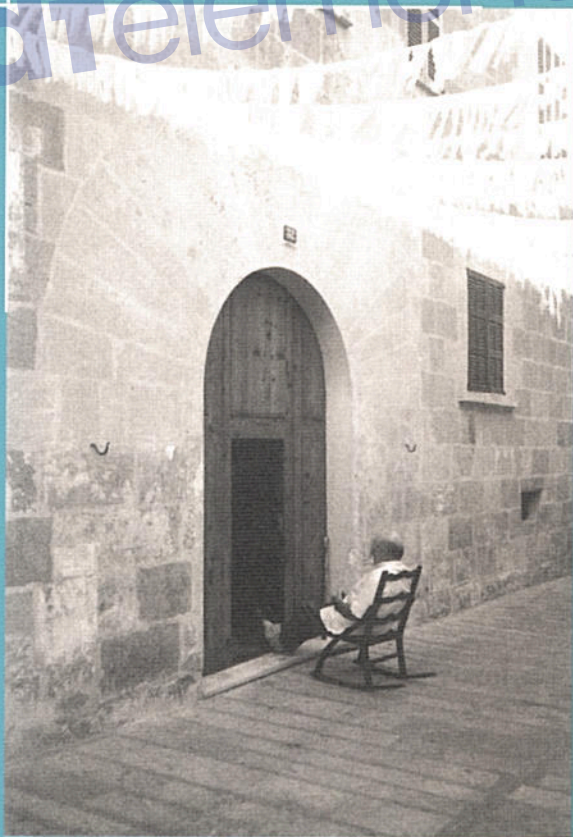
Revista

# HOSPITALIDADE

ISSN 1807-975X

Ano 1, número 1 — 2º semestre 2004

pdf element



EDITORA  
ANHEMBI MORUMBI

# Expediente

## Editor Responsável

Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo

Doutor, com Tese em Planejamento da Paisagem, e Mestre, com Dissertação sobre Educação Ambiental em Geografia Física, pela FFLCH/USP. Formado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi responsável pela disciplina de Planejamento Ambiental e a Hospitalidade do Lugar Turístico.

## Conselho Editorial

Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo (editor responsável): Univ. Anhembi Morumbi

Profa. Dra. Ada de Feitas Dencker: Univ. Anhembi Morumbi

Prof. Dr. Hilário Ângelo Pelizzer: Univ. Anhembi Morumbi

Profa. Dra. Celia Maria de Moraes Dias: Univ. Anhembi Morumbi

## Comitê Científico da Revista Hospitalidade

Profa. Dra. Marielys Siqueira Bueno: Univ. Anhembi Morumbi; Profa. Dra. Nilma Morcerf de Paula: Univ. Anhembi Morumbi; Prof. Dr. Raul Amaral Rego: Univ. Anhembi Morumbi; Profa. Dra. Sênia Bastos: Univ. Anhembi Morumbi; Prof. Dr. Waldir Ferreira: Univ. Anhembi Morumbi; Profa. Dra. Elizabeth Wada: Univ. Anhembi Morumbi; Prof. Dr. Luiz Otavio de Lima Camargo: Univ. Anhembi Morumbi; Profa. Dra. Maria do Rosário Rolfsen Salles: Univ. Anhembi Morumbi; Profa. Dra. Luciana Badin: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Prof. Dr. Augustin Santana Talavera: Universidad de LA Laguna ( Ilhas Canarias); Prof. Dr. Alan Montandon: Universidade Blaise Pascal; Prof. Dr. Conrad Lashley: Centre for Leisure Retailing Nottingham Business School; Profa. Dra. Marta de Azevedo Irving: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Profa. Dra. Suzana Gastal: Universidade de Caxias do Sul; Profa. Dra. Sara Daviá: Universidade de São Paulo

Copyright © 2004 Todos os direitos reservados à Editora Anhembi Morumbi

**Direção Editorial:** Leoberto Albino

**Revisão:** Ana Lúcia Sesso

**Capa e Projeto Gráfico:** R2 Criações/Jovani Ribeiro

**Diagramação:** R2 Criações/Claudio Ripinskas – [r2criacoes@terra.com.br](mailto:r2criacoes@terra.com.br)

**Foto da capa:** Simone Sorsato



EDITORA  
ANHEMBI MORUMBI



universidade  
anhembi  
morumbi  
[www.anhembi.br](http://www.anhembi.br)

Rua Casa do Ator, 200 – Vila Olímpia – CEP 04546-000 – São Paulo – SP

Telefax: 11 3847-3146 – E-mail: [editora@anhembi.br](mailto:editora@anhembi.br)

[www.editoraanhembi.com.br](http://www.editoraanhembi.com.br)

ISSN: 1807-975X

# Apresentação

**E**m setembro de 2002 iniciaram-se as aulas da primeira turma do programa de Mestrado em Hospitalidade. Desde então as discussões sobre o tema vêm se aprofundando e ganhando espaço em diversos campos do conhecimento. Cerca de 20 dissertações já foram apresentadas e aprovadas em nosso programa, tendo abordado aspectos alinhados às nossas duas linhas de pesquisa: Dimensões Conceituais e Epistemológicas da Hospitalidade e do Turismo e a segunda linha, Políticas e Gestão em Hospitalidade e Turismo.

A Revista Hospitalidade marca um momento de amadurecimento em nosso programa. Um tempo de consolidação de um mestrado que desde seu início, foi recomendado pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) do Ministério da Educação. A qualidade de nosso programa, agora, após a formação da primeira turma de mestres, foi ratificada pelo reconhecimento legal do Ministério.

A nossa Revista agora abre um espaço para a exposição das idéias e resultados de pesquisa de professores e alunos que buscam transitar pelo conhecimento sobre a Hospitalidade sob uma gama diversa de enfoques. Como um tema transversal à cultura humana, a hospitalidade tem sido percebida como um valor tipicamente humano, amalgamado na relação entre indivíduos, entre grupos e nas relações intra-sociais. A hospitalidade tem sido abordada como um valor, uma característica que existe onde o ser humano delimita ou produz seu espaço, seja ele no campo privado, público do negócio, seja no comunitário. O tempo é uma outra dimensão da hospitalidade. Por um lado, o tempo, como processo histórico, expõe as relações sociais determinantes que induziram à construção de códigos culturais. Por outro lado, o tempo factual apresenta as formas de hospitalidade datadas, marcadas em

um determinado tempo histórico, que contribuem para a caracterização cronológica do caráter da hospitalidade, mas que em si só não a explica.

Nossa Revista terá dois volumes anuais; foi estruturada para favorecer o debate sobre o assunto e assim está organizada para conter artigos de professores e alunos de nosso programa, e uma seção voltada à apresentação de temas relativos a metodologias que possam vir a contribuir com a pesquisa sobre a hospitalidade.

O primeiro artigo expõe um dos casos mais famosos sobre a relação entre a hospitalidade, religião e turismo. Trata-se do texto sobre o Caminho de Santiago de Compostela. O segundo artigo refere-se às potencialidades do turismo como um elemento de construção da hospitalidade, uma vez que o espaço turístico é um dos exemplos típicos do espaço da hospitalidade representante do mundo contemporâneo. Um dos temas presentes nas pesquisas em nosso programa é o lazer, pois trata-se de parte da vida humana, assim como o trabalho que envolve atributos como a dádiva, o dom e o contradom, bem como o estabelecimento de laços sociais que podem se expressar como hospitaleiros ou inóspitos. Sobre esse tema publicamos o trabalho intitulado Trabalho e Lazer.

Na seção Metodologias apresentamos os trabalhos Nosso Patrimônio Cultural, que enfoca uma metodologia de pesquisa sobre um dos aspectos considerados como elemento-chave na hospitalidade pública, o patrimônio cultural.

A seguir, é apresentado um trabalho de como utilizar a imagem em um trabalho científico, cujo título é O Cinema: uma opção metodológica.

Finalizando, destaca-se uma das questões de maior interesse para professores e alunos dentro da comunidade acadêmica sob o título O Trabalho Científico na Universidade.

Esperamos que esse primeiro número possa ser o marco de uma história que tende a crescer e amadurecer e que possa fornecer subsídios para o fortalecimento da hospitalidade como um valor importante para o processo civilizatório da humanidade.

Davis Gruber Sansolo  
Editor Responsável

# Sumário

---

ARTIGO I – O Caminho de Santiago: uma forma de Hospitalidade 9  
*Marielys Siqueira Bueno*

ARTIGO II – Potencialidades do Turismo Receptivo do interior do Estado de São Paulo 21  
*Hilário Ângelo Pelizzer*

ARTIGO III – O Evento como contraponto do Cotidiano 45  
*Luis Octávio de Lima Camargo e Fátima Marita Barbosa*

ARTIGO IV – Trabalho e Lazer 79  
*Marta Maria Morettin Agudo*

## METODOLOGIAS

ARTIGO V – Nosso Patrimônio Cultural: uma Metodologia de Pesquisa 95  
*Sênia Bastos*

ARTIGO VI – O Cinema: uma opção metodológica 107  
*Marielys Siqueira Bueno*

ARTIGO VII – O Trabalho Científico na Universidade 115  
*Ada de Freitas Maneti Denker*

Diplomada em *Études Approfondies en Anthropologie Sociale* e em *Études Approfondies en Cinéma Anthropologique*, pela Sorbonne, na França. Doutora em Sociologia pela USP, Mestra em Antropologia pela UFGO. Professora do Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, responsável pela disciplina Festa, Cultura e Hospitalidade.

# O Caminho de Santiago: uma Forma de Hospitalidade

**A** hospitalidade oferecida aos peregrinos que fazem o Caminho de Santiago de Compostela tem uma longa tradição, talvez a mais longa da história, pois se iniciou na Idade Média e, apesar das modificações para se adequar aos tempos modernos, persiste com o mesmo objetivo — o acolhimento ao peregrino, com o mesmo espírito de doação.

Na Idade Média, segundo a lei da hospitalidade, o viajante estrangeiro, embora não protegido pela lei, poderia contar com a hospitalidade dos habitantes. Como afirma Anne Gotmann, essa lei foi inicialmente formulada como uma lei religiosa, explicitamente ligada ao Êxodo do Antigo Testamento e, depois, devido à obrigação de visitar os santuários, estreitamente ligada às peregrinações.

O Caminho de Santiago de Compostela se insere no vasto movimento de peregrinação que faz da Idade Média, particularmente os séculos XI e XII, uma das épocas mais ardentes da civilização cristã.

O apóstolo Tiago foi um dos discípulos íntimos de Jesus – inclusive ele é chamado Tiago Maior. Conhece-se pouco sobre a sua vida, mas sabe-se que esteve sempre presente nos momentos importantes da vida de Jesus. Dizem os relatos que ele estava entre os três para os quais Cristo revelou a sua glória. Também estava entre os discípulos para os quais Cristo confessou as suas dúvidas antes de morrer. Estava com ele no momento em que foi preso. Mas os escritos falam pouco de sua personalidade.

Depois da morte de Jesus os discípulos se espalham, se dispersam em diferentes direções. Os registros afirmam que Tiago foi para a Espanha e ficou na região da Galícia durante cinco anos. Mas a região naquela época sofria invasões mouras, e a pregação cristã não agradava e sofria a pressão da força muçulmana.

Sentindo o seu fracasso, pois dizem que conseguiu apenas dois discípulos, Tiago voltou à Palestina sendo preso e decapitado, em Cesaréia, por ordens de rei Herodes Agripa no ano de 42.

Tiago antes de sua morte, havia pedido aos dois discípulos Atanásio e Teodor para ser sepultado na Espanha. Conta uma versão da lenda que os dois discípulos recolheram os restos mortais de Tiago e colocaram em uma balsa de mármore que, guiada por anjos, chegou à costa galega, noroeste da Espanha, numa cidade chamada Iria Flávia, hoje chamada Padron, às margens do rio Ulla.

Outra versão da lenda conta que os discípulos colocaram o corpo numa barca e que sete dias depois chegou à Galícia. Daí depositaram o corpo numa pedra que tomou a forma do seu corpo.

Os discípulos Teodoro e Atanásio pediram permissão para a rainha Louve, Lupa, Loba para enterrar o apóstolo. Ela a princípio não consentiu, mas uma sucessão de milagres acabou por convencê-la e Tiago foi enterrado num bosque chamado Libredunnum. Mais tarde Teodoro e Atanásio foram também enterrados no mesmo lugar.

Com as perseguições muçulmanas, o túmulo foi abandonado e, com o tempo, a memória coletiva acabou por esquecer sua localização.

Segundo a tradição, no início do século IX, um velho eremita chamado Pelayo começou a ver luzes, uma chuva de estrelas caindo da Via Láctea sobre o bosque da Galícia. No local indicado pelas estrelas, o velho descobriu o túmulo de mármore do apóstolo e dos discípulos.

Outros narradores informam que a presença do corpo foi anunciada a Pelayo por um anjo ao mesmo tempo em que fiéis eram avisados por luzes divinas.

A notícia se espalhou e chegou aos ouvidos do bispo de Iria Flavia (antigo nome da cidade de Padron). O bispo Teodomiro, depois de ter verificado essa revelação, levou os fiéis ao lugar indicado e aí descobriu o túmulo revestido de mármore. O bispo faz, então, a notícia chegar a Afonso II, o rei das Astúrias, que mandou construir uma capela e um mosteiro para 12 monges agostinos.

A crônica de Iria Flávia coloca a descoberta do túmulo no pontificado do bispo Teodomiro. E as buscas realizadas no subsolo da basílica de Compostela permitiram a descoberta, na tampa do túmulo de Teodomiro, de uma inscrição que provava que ele preferiu ser enterrado ao lado de S. Tiago em vez de na sua igreja episcopal – o que mostrava que ele estava convencido da veracidade dessa descoberta.

## **A Espanha na época da descoberta do corpo de S. Tiago**

No fim do século VIII e no começo do século IX a situação da península Ibérica está longe de ser amena.

A descoberta do túmulo coincide com uma época de turbulência, de guerras incessantes nas quais os reinos muçulmano e cristão lutam sem trégua, principalmente os reinos das Astúrias, Leon e Al Andalus.

Naquela época os reinos cristãos estavam empenhados em deter os muçulmanos que já haviam conquistado quase toda a península, e tentavam retomar seus



territórios e seus bens. A igreja medieval e o islamismo disputavam o poder da fé com lanças, flechas e espadas.

Afonso II, contrariamente aos seus predecessores, se revela um ardoroso guerreiro. Ele começa uma campanha para a construção de castelos e fortalezas ao longo da fronteira – e inicia batalhas para expulsar os muçulmanos.

Graças às suas qualidades, Afonso II ganha a batalha de Oviedo fazendo os muçulmanos recuar. Nesse processo São Tiago se torna um símbolo. Corre a notícia de que o próprio São Tiago lutava contra os mouros ao lado dos cristãos. Isso suscitou a criação da imagem de São Tiago protetor, chefe espiritual da reconquista. A imagem de São Tiago como cavaleiro com os mouros sob as patas de seu cavalo ainda é venerada nas igrejas.

No ano de 862 os restos mortais foram trasladados para a cidade que hoje se chama Santiago de Compostela, na época um povoado em franco desenvolvimento.

Devido ao crescente fervor e ao aumento demográfico, Afonso III, sucessor de Afonso II, ergueu um novo templo e o fez muito maior, com 53 metros de comprimento por 21 metros de largura. Essa dimensão é muito importante para a época e a decoração era magnífica.

A Idade Média vê desenvolver numerosos monastérios; há, também, uma enorme divulgação da vida dos santos e as numerosas antologias dos milagres escritas nessa época estimulam a devoção das relíquias. A fama desses milagres atraía os peregrinos, que se apressavam para expiar seus pecados aos pés do apóstolo Tiago.

O culto das relíquias é, sem dúvida, o traço mais característico da devoção na Idade Média e, em função desses prodígios relatados e divulgados, é que vão nascer as igrejas de peregrinação.

Os lugares de peregrinação se multiplicam à medida que crescem rapidamente os peregrinos. Três destinos se destacam e se desenvolvem, e são pontos de visita religiosa até hoje:

1. A Terra Santa, Jerusalém, especialmente o Santo Sepulcro. Os peregrinos à Terra Santa eram chamados de 'palmeiros' porque sempre voltavam com uma 'palma' — uma folha de um tipo de palmeira que se tornou o símbolo do triunfo, da vitória, do sucesso e, em alguns lugares, é conhecida como Palmacristo.
2. O outro lugar importante é Roma, onde se buscava o túmulo de São Pedro. As relíquias conservadas no Vaticano eram uma das razões de grande afluência. Esses peregrinos eram chamados de romeiros. No entanto, durante o século X, a rota dos peregrinos que iam para Roma seria paralisada pelas incursões dos sarracenos que chegaram a aprisionar, em 972, Santo Mayel, abade de Cluny, quando voltava de Roma.
3. Finalmente, o Túmulo de São Tiago, que vai atrair, ao longo da Idade Média, uma imensa multidão de fiéis que iam venerar São Tiago, o Matamouro.

## A fé em marcha: o que é peregrinação

A peregrinação consiste numa viagem a um lugar sagrado, um lugar de devoção na esperança de obter uma graça divina.

A peregrinação é um ato de fé que o crente, na época, realizava não sem risco de vida; tanto assim que havia mesmo condenados que podiam substituir suas penas, suas sentenças, pela peregrinação a Compostela, sendo absolvidos depois de entregarem um atestado dado pela igreja comprovando a realização da peregrinação.

Para o cristão a peregrinação era uma afirmação da sua fé, um ato voluntário e deliberado sem nenhum caráter obrigatório, por isso não pode ser comparada à peregrinação a Meca, que é obrigatória para o muçulmano que quer ser acolhido no paraíso de Alá.

As razões dos peregrinos variavam. O motivo considerado o mais meritório era a pura devoção e que consistia na prática da ascese. O peregrino, em nome de Cristo, renunciava, provisoriamente, ao mundo para ir venerar o mártir. Ele era

guiado pela fé e buscava a salvação de sua alma, freqüentemente se infligindo provas muito difíceis e peníveis (as penitências) como, por exemplo, ir descalço.

O peregrino mais freqüente era o que ia para pedir um milagre; ia buscar aos pés do santo o favor de uma ajuda ou uma cura. Havia os peregrinos políticos: reis, príncipes, imperadores e papas que colocavam seus empreendimentos sob a proteção do santo. Encontrava-se, também, o peregrino penitencial que cumpria o trajeto de peregrinação imposto pelos tribunais religiosos ou pelas autoridades eclesiásticas. Obrigado a orar por suas vítimas ou por si mesmo, vagava de santuário a santuário até gastar as correntes. É preciso também contar com a peregrinação feita para cumprir votos de alguém que tinha morrido e a peregrinação 'vicária', em que as pessoas mandavam alguém em seu lugar — seja um membro de sua família, um empregado, seja mesmo um profissional remunerado.

Encontram-se numerosas testemunhas de peregrinações feitas por falsos peregrinos. Tratava-se de pessoas que, sob o pretexto de peregrinação, aproveitavam para viver à custa dos outros fiéis. Embora a maioria fosse de verdadeiros peregrinos, não era raro encontrar aqueles que vagavam de uma vila a outra aproveitando-se da assistência que era oferecida aos peregrinos. Mais tarde foram feitas certas restrições, como, por exemplo, a proibição de ficar mais que três dias na vila, incluindo o dia de chegada e o dia da partida.

## A peregrinação na Idade Média

Os numerosos documentos, os livros com testemunhos, as crônicas, os poemas atestam a importância da peregrinação na Idade Média, e essa foi a primeira maneira de viajar da época. Em função disso vai se desenvolver toda uma rede de itinerários estabelecidos para facilitar o trajeto. As obras mais características são os guias que proliferaram consideravelmente nessa época. Eles buscavam aconselhar os peregrinos e facilitar a tarefa ao longo do caminho.

A obra mais importante parece ter sido redigida em 1139 e é atribuída a Aymeri Picaud, Olivier d'Incarn e sua companheira Geberge la Flamande. O manuscrito

original, conservado nos arquivos da Catedral de Compostela, é chamado de *Codex Calixtinus* por causa de uma carta apócrifa do papa Calixto II que lhe serviu de prefácio e na qual ele pretende ser o autor da compilação.

Na forma completa ele é composto de cinco partes: 1. uma antologia de peças litúrgicas e compilações de sermões em honra ao apóstolo; 2. o livro com relatos de milagres; 3. o livro da evangelização do apóstolo na Espanha; 4. o livro de Carlos Magno e da Canção de Rolando; e 5. o guia do peregrino com conselhos práticos e indicações de lugares que deveriam ser visitados. Apresenta detalhes minuciosos dos quatro caminhos, descreve as diferentes etapas, cita os nomes das cidades e vilas que estão na rota. Indica, também, os hospitais que poderiam ser encontrados, os rios bons e os maus, a tipologia dos habitantes, os santos e relíquias a serem venerados e, finalmente, a basílica do apóstolo.

Essa obra apresenta um grande interesse do ponto de vista literário, esclarecendo igualmente a história da arte e da iconografia da Idade Média, oferecendo preciosas informações aos especialistas de hagiografia, da geografia humana, da topografia e da história da civilização.

## As relíquias

As relíquias eram o pólo de atração dos lugares santos. Os peregrinos levavam uma riqueza enorme para as comunidades religiosas — inúmeras ofertas que se convertiam em metais preciosos e construções arquitetônicas.

As relíquias eram encerradas em relicários e eram os depositórios da fama espiritual das igrejas e a razão das oferendas. Umhas eram mais famosas que outras e havia mesmo uma certa disputa entre as igrejas pelo prestígio das relíquias e um empenho em suplantar as igrejas rivais que possuíam relíquias mais importantes. Elas foram uma motivação muito importante para a produção artística.

Foi preciso adaptar rapidamente a arquitetura das catedrais devido ao crescente afluxo dos peregrinos em função da exposição das relíquias. Os dispositivos arquiteturais foram particularmente concebidos para realçar e destacar as relí-

quias. Os cofres, arcas que as abrigavam, eram colocados em posição elevada, permitindo que os fiéis pudessem vê-las mesmo de pontos distantes.

Os corpos dos santos atraíam multidões e isso exigia dispositivos arquitetônicos que facilitassem a circulação dos fiéis e esquemas mais adequados para acolhê-los.

A gestão das relíquias e seu culto, o comando e a fabricação dos relicários e outras peças de ourivesaria pediam uma administração atenta e um controle do valor que representava esses tesouros. A proteção delas se tornou uma das mais fortes preocupações das comunidades religiosas.

A fim de evitar os roubos, os cofres e os relicários eram protegidos por grades, e, com a multiplicação das relíquias, salas especiais foram arranjadas e adaptadas para a sua proteção.

A glorificação dos santos e relíquias levava os fiéis a oferecer ofertas generosas e isso deu origem a um considerável tesouro. Essa riqueza naturalmente elevava o prestígio das igrejas mas tanta riqueza, tanto ouro e pedras preciosas, bem como o fausto litúrgico, provocavam um efeito contraditório e chocante sobre os peregrinos humildes que chegavam às catedrais. No entanto, as testemunhas insistem sobre a admiração que essa riqueza produzia sobre os peregrinos.

## Perigos do caminho

Nos primeiros tempos a viagem a Compostela era extremamente perigosa. Além das incursões mulçumanas, o caminho era infestado de bandidos, malfeitores, ladrões que assaltavam nos desfiladeiros, florestas e, sem nenhuma consideração pelos motivos piedosos dos peregrinos, roubavam e assassinavam. Por isso, pouco a pouco se organizam pontos de ligação e de acolhimento onde se instalavam caravanas coletivas.

Esses não eram os únicos perigos do caminho. O guia do peregrino consagra um capítulo inteiro sobre os rios encontrados de Estela a Logroño indicando os que tinham água perigosa para beber e peixes que não se podia comer.

A travessia dos rios reservava um outro perigo. Os barqueiros que faziam a travessia cobravam caro e tinham embarcações frágeis e perigosas. Cobravam pedágios muitas vezes exorbitantes e, não raro, arrancados à força com pauladas que, freqüentemente, acabavam matando o peregrino.

Para escapar desses perigos, foi se aperfeiçoando uma organização que se estabelece para a proteção dos peregrinos. Depois, o peregrino será dotado de um *status* jurídico a fim de poder ter, tanto ele quanto sua bagagem, o direito de livre circulação no reino espanhol e para que ele pudesse se beneficiar dos mesmos direitos que as pessoas da região que atravessava.

## Hospitalidade do caminho

No início, quando as rotas estavam expostas às incursões muçulmanas, a organização dos abrigos era rudimentar.

Nos séculos IX e X os viajantes podiam ser hospedados nos mosteiros que garantiam o alojamento aos peregrinos.

Foi importante, também, o papel dos santos eremitas que se dedicaram para oferecer mais conforto e segurança aos peregrinos construindo pontes, arrumando os caminhos, edificando capelas e casas. Os três mais conhecidos foram: Santo Aleume de Burgos, que construiu uma capela e uma casa para peregrinos; São Domingo de la Calzada, que arrumou a estrada, construiu uma ponte e um hospital; São João, o eremita de Ortega que construiu uma igreja, um refúgio, pontes e uma estrada.

Peregrinos que tivessem recursos poderiam encontrar alojamentos e, para os que não pudessem pagar, havia sempre a hospitalidade de particulares. Havia mesmo uma certa obrigação em acolher os peregrinos. Pobres ou ricos, os peregrinos deveriam ser recebidos com caridade e veneração. Acreditava-se que, quem recebesse um peregrino e lhe desse hospitalidade com dedicação, teria como hóspede, não somente São Tiago, mas Cristo em pessoa.

O peregrino só tinha a obrigação de andar e cabia aos habitantes do local oferecer condições para facilitar a jornada e dar o conforto possível. Para isso, os mon-

ges, os padres da Idade Média divulgavam textos sagrados relativos à caridade. Há numerosos relatos de castigo imediato para aqueles que negaram hospitalidade.

Mas os peregrinos eram, mais freqüentemente, abrigados pelos hospitais das ordens religiosas e pelas confrarias estabelecidas ao longo da rota. Os hospitais ou mosteiros que estavam instalados nas montanhas isoladas faziam soar os sinos para indicar o caminho aos viajantes.

Além das paradas para o descanso, havia as paradas sagradas e obrigatórias para atender aos rituais que marcavam cada etapa, que ajudavam a quebrar a monotonia do caminho.

## A peregrinação através dos séculos

No século XI, a rota de peregrinos, além de ser o caminho da fé e uma rota cultural, se tornou, também, a principal via comercial no norte da Espanha. Os peregrinos atraíam os comerciantes e as cidades, ao longo do seu percurso, estavam entre as mais importantes da Espanha.

Segundo a tradição, os peregrinos deveriam ir pobremente vestidos e não deveriam levar nada mais que o necessário, seguindo o exemplo do apóstolo que eles veneravam. Mas, na realidade, parece que muitos entre eles aproveitavam a peregrinação para fazer comércio e no caminho havia uma circulação intensa de peregrinos e de riquezas.

Desde a descoberta das relíquias de São Tiago, o sucesso da peregrinação é constante e crescente. No início, o culto às relíquias atraiu, principalmente, os meios aristocráticos e membros da cavalaria; gradativamente passou a atrair também outras classes sociais. Nos séculos XII, XIV e XV a rota do apóstolo vive um período de esplendor.

O papa Alejandro III, em 1179, reconheceu a peregrinação compostelana na bula *Regis Aeterni*, instituindo ser Ano Santo quando o dia do Patrono da Espanha, 25 de julho, caísse em um domingo — dia do mês e da semana em que Pelayo teve a visão. Os anos santos atraíam ainda mais os peregrinos porque as indulgências oferecidas eram ainda mais numerosas.

No século XV esse sucesso vai se confrontar com críticas cada vez mais acentuadas e a dúvida se instala nos espíritos dos fiéis. As disputas e debates sobre as indulgências são o prelúdio da reforma luterana, especialmente a indulgência promulgada pelo papa Leão X em troca das ofertas para o término da construção da catedral de São Pedro em Roma.

A reforma e o renascimento contribuíram para a diminuição dos peregrinos mas houve, também, uma mudança na concepção de peregrinação nos meios católicos romanos, que também contribuiu muito para essa diminuição.

A decadência é fortemente marcada no século XIX. Mas os historiadores apontam uma retomada, praticamente uma redescoberta, do caminho em 1879 e, anos mais tarde, a igreja reconhece as relíquias como autênticas, o que faz com que as peregrinações sejam retomadas.

O nascimento do turismo e das viagens culturais também contribuiu para o renascimento do caminho.

### **O caminho hoje**

Dizem que milhares de pessoas, de todas as partes do mundo, se lançam numa jornada em que a fé e a aventura se misturam, criando um ambiente mágico.

Aymerci Picaud aponta quatro pontos de partida que, juntando-se em Puenta la Reina, levam os peregrinos a Santiago, cruzando as regiões de Navarra, Castilha, Leon, La Rioja, Palência, Lugo e Galícia. Há notícias de outros; um deles, atravessando Portugal, é bastante conhecido. Mas existem dois inícios do caminho considerados oficiais: o caminho Real Francês, vindo por Saint Jean Pied de Port na França, cruzando por Roncesvalles, e o caminho Aragonês, vindo por Somport, via Jaca.

O caminho mostra ao peregrino o que de melhor a arte, a arquitetura românica, gótica e barroca podem oferecer.

A Unesco, em 1985, deu o título ao Caminho de Santiago de Primeiro Itinerário Cultural Europeu. A partir de então, a rota Jacobina passou a ser protegida pelo governo espanhol.



Seja qual for o ponto de partida, o peregrino é guiado por flechas amarelas estrategicamente colocadas ao longo do caminho e pelos eficientes guias que existem em quantidades.

É preciso levar um cajado pois sem ele alguns trechos são, praticamente, intransponíveis — principalmente os atoleiros e descidas íngremes. Todos levam uma concha pendurada no pescoço ou amarrada no cajado ou na mochila. Essa concha parece ligar simbolicamente o viajante do século XX aos peregrinos medievais.

Existem três opções para fazer o Caminho de Santiago: a pé, de bicicleta e a cavalo, mas a maioria segue a pé.

Após o dia difícil e cansativo de caminhada, o peregrino é recebido em albergues das igrejas, prefeituras ou associações do Caminho; alguns com conforto, outros no velho estilo medieval: teto e chão. Mas o que importa é descansar e se preparar para o dia seguinte. Essa recepção é gratuita, mas o peregrino só pode ficar por uma noite.

Nesses refúgios se encontram peregrinos de várias nacionalidades. Os viajantes seguem sozinhos ou em grupos, mas nos refúgios há um clima de convivência e os grupos se juntam para passeios e para ida aos restaurantes. Cria-se um clima de confidências e da amizade íntima que parece ser de velhos amigos. Há uma troca de experiências, de ajuda, enfim, um acolhimento mútuo, um acordo informal mas com o compromisso de auxílio uns para com os outros.

Não só os refúgios são acolhedores. Ao longo do caminho são colocados sinais para que o viajante não se desvie da rota. Também os habitantes das vilas, das cidades e a própria cidade recebem o viajante com solidariedade.

No final da viagem, em São Tiago de Compostela o viajante será recebido por uma cidade em festa, uma igreja preparada para receber os peregrinos com uma missa solene e comovente. A cidade toda fica em festa, iluminada, com uma programação intensa de espetáculos nas ruas, com queima de fogos, música.

Doutor, com tese em Políticas de Turismo, e Mestre, com dissertação em Recursos Humanos em Turismo/agências de turismo, pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Licenciatura em Letras pela Faculdade de Filosofia São Marcos; e Pedagogia (Administração Escolar) pela FFCL Nove de Julho. Professor do Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, responsável pela disciplina Logística da Multimodalidade de Transporte Turístico no Sistema de Hospitalidade.

E-mails: pelizzer@anhembi.br e pelizzer@terra.com.br

# Potencialidades do Turismo Receptivo do Interior do Estado de São Paulo

## Introdução

**A** atividade do setor de turismo, comumente denominada de a indústria do turismo, vem crescendo de maneira extremamente rápida e constante em todo o mundo, gerando e garantindo um avanço econômico, social e político nos mais diversos países e regiões, permitindo, assim, a movimentação de viagens de lazer, turismo de negócios, estudo do meio, expansão do mercado de trabalho e a geração de empregos diretos e indiretos. O objetivo dessa contribuição é mostrar que as potencialidades do turismo receptivo do interior do Estado de São Paulo ainda não foram descobertas como grande destinação turística pelas agências de

turismo especializadas no turismo rodoviário doméstico. O turismo do interior está estruturado e organizado para receber o novo turismo segmentado ou especializado, que é o turismo pedagógico ou estudo do meio, integrado com as Escolas e Universidades. A demanda turística desse segmento pode ser na direção da Capital para o Interior e do Interior para a Capital; ou ainda do Interior para o Interior, Interior/Capital/Litoral e vice-versa. A exploração dessa nova tendência é tarefa exclusiva das agências de turismo especializadas nesse tipo de turismo. Sabemos que o turismo do interior do Estado de São Paulo exerce uma força inigualável no processo de geração de rendas, empregos, turismo sustentável, estudo do meio, geração de demandas interna e externa, atração de investidores, geração de eventos locais/regionais/nacionais e internacionais. Sua localização e as condições de infra-estrutura de acesso, comunicações, sistema viário, suas riquezas ou potencialidades naturais, folclóricas, culturais, gastronômicas, de lazer/entretenimento, esportivas e termais (turismo de saúde ou termalismo), além do turismo religioso, prima pelos eventos esportivos, culturais, gastronômicos, artísticos, musicais e de agroflora e agropecuária. As belezas do interior são de mar, montanhas e planalto. O Estado de São Paulo, podemos dizer, sempre foi um peso pesado na indústria de viagens.

Hoje ele representa em torno de 40% a 45% do movimento da Capital e é por isso que as agências operadoras turísticas da capital mantêm suas filiais no interior ou representantes.

É por isso que existem eventos de grande porte no interior: Feira da Brastoa, Avirrp e Aviestur e todo tipo de *workshop*, bem como os lançamentos de novos produtos e serviços. É por isso que as empresas aéreas nacionais e internacionais, locadoras, redes hoteleiras estão cada vez mais fortes e presentes no interior.

## 1. Qualidades dominantes do turismo interiorano

O turismo interiorano de São Paulo tem duas grandes vertentes que necessitariam de uma exploração profissional, competente e definitiva. A decisão presente

e as iniciativas estão só no âmbito da iniciativa privada. A integração e coordenação de esforços ainda não atingiram o seu grau de maturidade empresarial. Temos, sim, ações localizadas, em momentos sazonais do ano, em que algum iluminado tenta realizar um exercício prático para promover o turismo. Medidas oficiais são, via de regra, desvinculadas de um processo global. E esse desinteresse manifesto fica adiando a transformação do interior do Estado de São Paulo, o melhor centro de turismo receptivo do país. Projetos, planos, investimentos prometidos, publicidade tímida, todos sucumbem à famosa descontinuidade político-administrativa. Um fator de destaque importantíssimo a ser lembrado no turismo receptivo interiorano é a hospitalidade com que o turista ou visitante é distinguido. O profissional de turismo, de modo geral, é um “ator” no tratamento dispensado ao visitante ou turista. A hospitalidade do povo do interior é cada vez mais qualitativa e quantitativa, uma vez que a tendência é o desenvolvimento do turismo especializado. Essa nova tendência do denominado *turismo segmentado ou especializado* comprova essa qualidade no atendimento. O denominado turismo segmentado ou especializado corresponde ao turismo educacional ou pedagógico ou cultural, ou geoturismo, ou, ainda, o estudo do meio, cujo enfoque será aventado adiante.

O importante é que os eventos oriundos ou resultantes do turismo segmentado ou especializado estão modificando a forma tradicional de explorar o turismo receptivo no interior do Estado.

## 2. Turismo emissivo

O interior envia (embarca) turistas para todos os cantos do mundo, tanto para o turismo de negócios quanto para as viagens de turismo e lazer. Hoje, podemos afirmar que é o maior pólo concentrador de demanda turística para todos os segmentos: passagens aéreas nacionais e internacionais; locação de veículos; reservas de hospedagem; venda de cruzeiros; venda de pacotes turísticos nacionais e internacionais; a venda, cada vez maior, das viagens “a forfait” (viagens sob enco-

menda) tanto individualmente quanto em grupo (viagens de afinidade ou de incentivo).

A relação comercial, assim compreendida, Capital x Interior sempre foi amigável, porém carente de tecnologia e agilização na confirmação dos pedidos feitos pelas agências de turismo vendedoras.

A grande saga é o acesso às informações por parte das agências de turismo do interior, hoje amenizada pela implantação dos sistemas de reservas de passagens aéreas – os denominados GDS (Amadeus, Sabre, Galileo, WorldSpan) – e, no varejo, nenhum plano facilitador intranet, na venda de informações dos produtos turísticos.

Hoje também podemos afirmar que o interior de São Paulo é o esteio da indústria de viagens no país. Esse mercado já está sendo cobiçado no exterior, dada a sua plena capacidade de geração de demanda. Por outro lado, temos o turismo rodoviário, que movimentava uma indústria de viagens sem precedentes e sem controle estatístico. É o chamado “turismo social” ou “dos domingueiros”, que é uma forma de movimentar a economia dentro do próprio Estado além das viagens para outros Estados.

### 3. Turismo receptivo

É incontestável a infra-estrutura turística receptiva do Estado de São Paulo, se comparada a outros Estados. Embora seja uma infra-estrutura autogerenciável e sustentável, ela tem mostrado, mantido e ampliado suas potencialidades.

O interior tem atrações das mais variadas opções, a saber:

- Turismo Rural (Hotéis Fazenda, Pousadas, Campings);
- Turismo Ecológico (Cascatas, Grutas, Cachoeiras, Parques e Reservas Ecológicas);
- Turismo Gastronômico;
- Turismo Pedagógico ou Educativo (estudo do meio);

- Estâncias Termiais (ou Termalismo-Turismo de Saúde);
- Estâncias Climáticas;
- Parques Temáticos;
- Feiras/Festivais (Rodeio, Uva, Figo, Morango, Flores, Ovo);
- Turismo Religioso;
- Turismo para Terceira Idade;
- Turismo de “Trekking”;
- Turismo e Lazer nos Acampamentos;
- Turismo Aquático (represas, lagos de pesca, praias, cachoeiras);
- Turismo Técnico-Profissional (visitas técnicas às Fazendas de Café, Gado, Cana de Açúcar, Usinas de Álcool e Açúcar e Usinas Elétricas, etc.);
- Turismo de Eventos;
- todo o rico folclore e artesanato para ser visitado e explorado.

A exploração da hospitalidade e do turismo receptivo é uma questão de tempo; falta no momento a definição da política estadual de turismo para que o município defina a sua própria política, para em seguida termos a esperada e sonhada “Política Municipal Regional de Turismo”.

*A reestruturação ou a reengenheria do turismo receptivo* precisa ser implementada também, para fortalecer o turismo receptivo convencional e acenando para a implementação do turismo segmentado ou especializado, objeto deste trabalho.

As potencialidades turísticas do interior são competitivas, a promoção e a venda desse produto são competência primária do estado, dos municípios e em terceiro lugar do agente de viagem.

O interior do Estado é rico em tudo. Suas potencialidades turísticas, assim denominadas, podem ser a alavanca para a saída da crise em que as maiorias das prefeituras se encontram.

O Turismo Municipal Regional organizado, planejado, estruturado e politizado pode ser a única saída; vai depender única e exclusivamente da “decisão política” de todos os níveis (federal, estadual e municipal).

A iniciativa privada está preparada para comercializar plenamente as ricas potencialidades turísticas do interior, no âmbito regional, estadual, nacional e internacional.

Podemos concluir que, de modo geral, a maioria dos estados ainda não sabe se valorizar e se vender como destinação turística; não “descobriram” ainda a mais rentável alternativa de desenvolvimento social, político, cultural e econômico, beneficiando todos os municípios ou regiões com vocação/potencialidade turística. Estamos diante de uma realidade palpável. Já é hora de “turisticarmos” o interior de São Paulo, o mais organizado do país chamado Brasil.

## **4. Estruturação do turismo receptivo**

### **a. Meios de transporte do núcleo receptor**

A localização do atrativo ou serviço a ser prestado insere-se no Sistema Viário do Núcleo Receptor, que precisa ser estudado e analisado pela agência que opera o receptivo. A agência de turismo deve estruturar-se de acordo com o desenvolvimento da demanda para essa localidade ou região e adequar-se à sazonalidade dos eventos locais regionais. Devem fazer parte de seu material de trabalho profissional os mapas do núcleo receptor local e regional (ou seja, a localização dos atrativos), o levantamento de todas as potencialidades turísticas, culturais, religiosas, artesanais, de lazer, com os devidos canais de acesso, bem como os roteiros devidamente cronometrados e ajustados.

Outro aspecto é definir claramente as vias de acesso ao núcleo receptor e aos pontos de atrativos, com os roteiros devidamente definidos e checados pela equipe que exercerá essa tarefa de atender ao visitante, ao cliente ou turista.

A criação e a definição dos roteiros ou itinerários é outro aspecto de vital importância para o sucesso da agência na operação do turismo receptivo, bem como na comercialização deles, no âmbito local, regional, estadual, nacional e exterior.

## **b. Tours profissionais e visitas técnicas**

A agência operadora de turismo receptivo deve estar sempre na vanguarda dos acontecimentos no país e no mundo e estar pronta para atender eficazmente às solicitações de serviços receptivos. Deve estar inovando sempre, ofertando aos seus parceiros e principais usuários de seus serviços (turistas e empresas) novos roteiros, novos serviços, novos eventos, etc.

O Brasil como um todo, e São Paulo como exemplo, oferece excepcionais oportunidades para técnicos, especialistas e interessados nos mais variados campos, para a exploração empresarial do turismo receptivo.

O desenvolvimento agrícola, a riqueza industrial e comercial, os eventos do país, a exuberância da natureza (turismo ecológico, turismo rural, turismo de aventura, navegação fluvial, as praias, as águas termais, etc.) são um ponto de atração inigualável. Assim a agência operadora do turismo receptivo deve estar capacitada para organizar, sugerir e aconselhar itinerários especializados.

Segue abaixo uma relação de “Tours Profissionais e Educacionais” que poderão ser organizados pela agência de turismo em qualquer estado brasileiro, de modo especial São Paulo:

- Arquitetos e construtores
- Usinas de álcool combustível e açúcar
- Indústria têxtil
- Sapatos e couros
- Fabricantes de móveis
- Criadores de gado e fazendeiros
- Joalheiros
- Produtores de café
- Indústria automobilística
- Apiários (produção de mel)



- Colheita da soja, trigo, milho
- Fabricantes de chocolates
- Parques temáticos e ecológicos
- Vindima da uva
- Centros hospitalares, etc.

### c. Planejamento dos roteiros básicos e especiais de turismo

Os programas que são realizados com o propósito de apresentar ao turista uma cidade ou região, compondo o quadro de serviços elaborados com o fim de receber o viajante ou turista em um local ou cidade (núcleo receptor), formam o que denominamos de turismo receptivo.

Os programas podem ser entendidos ou compreendidos como Serviços de Receptivo, Roteiros, Passeios, Excursões, *Tours*, *Bynights*, Pacotes (*Package Tours*).

Os programas básicos que compõem o turismo receptivo são:

- Traslado;
- *City Tour*;
- *Sight-Seeing*;
- Serviços Especiais.

Traslado ou *transfer* tem por finalidade receber o turista no terminal de transportes de chegada à cidade e levá-lo ao local de hospedagem, e aos serviços ofertados ou similares.

*City Tour* (passeio pela cidade) visa dar ao turista uma visão geral das características da cidade, sua história, importância relativa no Estado e País, seus usos e costumes, população, principais eventos e demais aspectos que a diferenciam das demais cidades.

Os Serviços Especiais ou *tours* específicos visam dar ao turista uma visão detalhada de algum aspecto da cidade/região, *tour* histórico (Itu) e os *tours* profissionais.

## 5. Instrumentos de controle de serviços receptivos

Um dos instrumentos de controle dos serviços é o mapa de vendas. É de grande importância para o perfeito controle das vendas. O mapa controle de vendas poderia conter as seguintes informações:

- Nome do passageiro;
- Condição do passageiro (PAX);
- Tipo de acomodação;
- Data da viagem;
- Nº do TKT do pax;
- Nº do Voucher do pax;
- Nº da ficha de inscrição;
- Forma de pagamento;
- Agência vendedora;
- Prazo para pagamento.

Outros meios de controle eficazes existem e podem ser utilizados. Os principais são:

- Relatório de viagem;
- Relatório do motorista;
- Questionário de avaliação dos passageiros.

Assim, quando analisados em conjunto, os três meios de controle são muito eficazes para manter a qualidade dos produtos/serviços ofertados e proceder às mudanças para o melhor, se necessário.

## 6. A relação com as empresas aéreas

A agência de turismo que opera o turismo receptivo e atende a clientes do exterior e de outros estados necessita manter um estreito relacionamento comercial com as empresas aéreas, no tocante a bloqueio de lugares e a reconfirmação

de passagens de retorno ou demais trechos da viagem. É evidente que a empresa aérea tem suas regras a cumprir, estabelecidas pelo Dac, Jurcaib, Icao, Iata, Snea, etc., e o agente de viagem operador do turismo receptivo precisa conhecer essas regras no tocante ao transporte aéreo:

- emissão de bilhete de passagem, reemissão de bilhete, endosso de bilhete, reserva de lugar, cancelamento de reserva, excesso de bagagem, vistos, vacinas, passaporte, etc.

Uma das questões mais comuns é o conhecimento do bilhete de passagem aérea. Daremos uma visão técnica desse documento utilizado pelo passageiro (turista, viajante, usuário, cliente...).

O bilhete é o documento intitulado bilhete de passagem e cupom de bagagem (incluindo todos os cupons) que caracteriza o contrato entre usuário e a empresa aérea, para o referido transporte contratado e sua respectiva bagagem.

O bilhete de passagem é pessoal e intransferível e não pode ser emitido sem o nome do usuário ou passageiro. O bilhete de passagem aérea é válido para qualquer empresa aeroviária, respeitada a natureza do transporte contratado (classe, forma de pagamento, rota, condição do passageiro ou pax) e o prazo de validade. O bilhete de passagem, uma vez emitido, serve para o transporte do aeroporto de origem ao aeroporto de destino pela rota indicada nele. Os cupons de vôo têm que ser utilizados por ordem consecutiva, do ponto de partida (origem) que figure no cupom do passageiro. O bilhete de passagem emitido com tarifa normal é válido por um ano, a contar da data de sua emissão.

O bilhete emitido para utilização à base de tarifa especial ou promocional terá sua validade de acordo com a regulamentação específica (da mesma tarifa), que sempre será editada pela empresa aérea envolvida. O bilhete de passagem aérea poderá ter prolongado o seu período de validade, por diversas razões, a saber:

#### **a. Por razões técnicas**

- Cancelamento de vôo;

- deixar de operar um voo de acordo com o horário;
- haver causado ao passageiro perda de conexão;
- substituição de uma classe de serviço por outra;
- omissão de uma escala, quando esta seja o ponto de destino ou estada do passageiro.

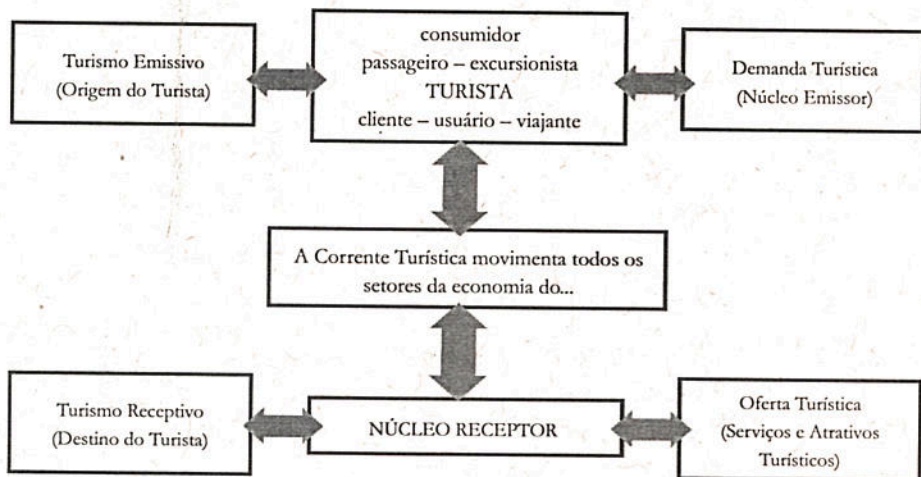
Quando um passageiro se vê impedido de cumprir a validade por falta de lugar, prolongar-se-á até o primeiro voo disponível, porém não por mais de sete (7) dias.

### b. Por motivo de enfermidade

Quando o bilhete for emitido à base de tarifa normal, prolonga-se a validade até a data em que o passageiro estiver novamente em condições de viajar, segundo atestado médico, ou até o primeiro voo com lugar disponível.

Caso o bilhete seja com tarifa especial, a situação estende-se até o primeiro voo com lugar disponível a partir de quando o passageiro estiver em condições de viajar, porém não mais de sete (7) dias.

**Figura 1:** Fluxo do Turismo Receptivo



## 7. A ingerência profissional de agências de turismo

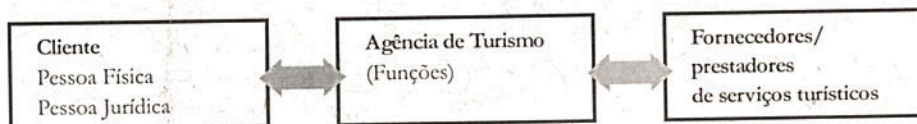
### Funções da agência de turismo

Agência de turismo é uma sociedade comercial com finalidade de exploração das atividades previstas na legislação turística específica. Portanto, uma empresa privada que visa lucro.

A agência de turismo exerce a função de intermediária ou mediadora entre a demanda (procura por parte de cliente, usuário, público, turista, consumidor, excursionista, passageiro, viajante...) e a oferta de serviços turísticos, feita pelos prestadores ou fornecedores de serviços; embora a função principal das agências de turismo seja providenciar o melhor local para a compra, o real problema é fazer com que as informações sobre os produtos sejam realmente adequadas às necessidades do interessado usuário.

Por outro lado, uma agência de turismo, por força da legislação vigente, exerce outras *funções* relativas ou pertinentes às suas atividades, ou seja, é conhecida pelas suas *características de operação* e, como tal, é dividida em:

**Figura 2:** Função Intermediária da Agência de Turismo



### Função das agências de turismo – visão acadêmica

Temos ainda uma outra visão das funções de uma agência de turismo, de cunho didático e compreensivo. Diversas são as funções de uma agência de turismo e podemos defini-las sob os seguintes aspectos:

- Técnico
- Social
- Comercial

Além do mais, a intermediação da agência de turismo dá maior objetividade às ações do produtor quanto ao gerenciamento do produto, ou seja:

≥ Para o produtor – reduz o seu custo de distribuição à medida que o agente de viagens (distribuído geograficamente e vendendo diferentes produtos) o faz com mais eficiência que o produtor.

≥ Para o produto – por características da função, o agente de viagens pode criar produtos que não poderiam ser vendidos pelos produtores diretamente, à medida que ele pode aglutinar os serviços de vários produtores — assim procedendo, a agência de turismo acaba criando um novo produto e, conseqüentemente, gerando, dessa forma, nova demanda ou clientela.

### **A posição das agências de turismo diante da globalização**

Também diversos aspectos devemos levar em consideração quando pretendemos definir essa posição. O que podemos considerar como turismo moderno/globalizado?

Segundo Arnold Toynbee diz: *O século XX será recordado como a idade em que a sociedade humana enfrenta com decisão a idéia de praticar o bem-estar de todas as pessoas sem distinção alguma* (WAHAB, 1978, p. 114).

Sob esse ponto de vista, temos de reconhecer que, a cada ano que passa, maior se torna o fluxo de correntes turísticas em todas as direções. Essas correntes são movidas por diversos fatores, tais como:

- de lazer, aproveitamento de férias, viagens comerciais, congressos, feiras, exposições, excursões religiosas, esportivas, de treinamento, familiares, etc.

Isso vale para todas as profissões, liberais ou técnicas, que realizam reuniões para transmitir entre si novas idéias. Pela necessidade de participar dos eventos e

conhecer pessoas, lugares e fatos relevantes, essas atividades constituem o turismo globalizado.

Para atender a toda a coordenação dessa complexa atividade de viagens e turismo e prestar a devida assistência aos seus participantes em sua movimentação, a moderna técnica exige a presença da agência de turismo como gestora desse processo globalizado, sem dúvida.

### **Estrutura funcional de agência de turismo**

A agência de turismo, tecnicamente, necessita essencialmente de um local comercial compatível com sua função de atuação. Definida a função, define-se a política e a filosofia da empresa e todo o planejamento orçamentário e econômico, bem como as metas de vendas, as estratégias comerciais, etc.

A estrutura operacional é relativamente pequena, dependendo sempre da(s) função(ões) optada(s), dotada de equipamentos básicos de comunicação, controles, emissão de relatórios e um sistema gerenciador para fomentar adequadamente o negócio e um sistema de reservas.

### **Classificação das agências de turismo**

De acordo com a legislação vigente que regulamenta e define as condições para o registro, a operação e o funcionamento, as agências de turismo classificam-se em apenas duas categorias:

- a) Agência de Viagens e Turismo (AVT = Código 41).
- b) Agência de Viagens (AV = Código 42).

### **Acordos com o mercado – setor do turismo**

A agência de turismo que exerce a maioria das funções, simultaneamente, de forma profissional, necessita, pela função de mediadora ou intermediária, de uma série de acordos comerciais do setor ou mercado de turismo. Esses acordos definem o padrão de serviço que será prestado pela agência e o que a distinguirá no mercado interno (local, regional e estadual) e externo.

Esses acordos devem ser feitos por escrito, mediante contrato permanente de prestação de serviços ou específico para determinado serviço, ou determinado evento ou ainda por uma determinada temporada. Esses acordos, convênios ou contratos ocorrem com todos os prestadores de serviços turísticos ou parceiros do agente de viagens:

- os meios de hospedagem;
- os restaurantes;
- os centros de lazer, parques temáticos, museus, zoológicos, etc.;
- transportadoras turísticas;
- empresas aéreas nacionais e internacionais;
- guias de turismo;
- as lojas de compras, feiras de turismo e artesanato, organizadores de festivais, etc.;
- locadoras de veículos;
- entidades classistas geradoras e promotoras de eventos, feiras, exposições, etc.;
- centros de convenções;
- CV&B – Conventions and Visitor Bureau.

Uma outra questão importante é que todos (toda a comunidade local e regional) do núcleo ou pólo receptivo deveriam participar do processo de desenvolvimento turístico. Essa participação ou engajamento dar-se-ia de diferentes formas:

- recebendo os turistas da mesma forma que gostaríamos de ser recebidos (hospitalidade);
- colaborando com as autoridades e agência operadora do receptivo na divulgação dos serviços que presta e no controle da qualidade do atendimento geral;
- evitando que os restaurantes, hotéis, táxis e demais prestadores de serviços explorem os visitantes, cobrando além do preço justo;



- tornando-se um profissional consciente e empreendedor, ligado ou pluggado a qualquer uma das atividades/serviços que completam o turismo receptivo;
- as agências de turismo como um todo e, de modo especial, as que operam o receptivo têm a responsabilidade ética, moral e profissional de controlar a qualidade do produto turístico.

Como poderiam proceder?

Damos aqui algumas recomendações de enfoque operacional:

- eleger e vigiar a prestação ou fornecimento dos serviços turísticos, selecionar parceiros idôneos e que mantenham a qualidade de seus produtos ao longo dos anos;
- não se acomodar na escolha; vigiar, questionar e provocar a melhoria dos serviços;
- conhecer, sempre que possível, o produto ou serviço que está sendo oferecido à disposição dos consumidores, exigindo folhetos com discriminação de serviços e fazendo contratos de utilização;
- treinar a sua equipe de pessoal e os seus revendedores ou parceiros, para evitar informações incorretas ou atitudes hostis aos turistas/usuários; lembrar-se de que sua empresa responde pelos atos de seus prepostos (empregados e revendedores);
- cadastrar transportadoras, bons meios de hospedagem, restaurantes, guias de turismo e o que mais for necessário à operação do receptivo;
- evitar estabelecimentos que descumprirem com suas obrigações profissionais;
- eleger os parceiros comerciais ou de serviços pelo binômio qualidade/preço, pois, não raro, o mais barato implica maiores riscos e custos adicionais, no final;

- adicionar ao seu produto ou serviços profissionais um seguro para a sua operação;
- evitar o imprevisto, pois poderá lhe custar muito caro.

### **Agência de turismo x órgãos oficiais e entidades do turismo**

Todos os interessados e envolvidos com o turismo (de um município, região ou estado) precisam compreender o processo de desenvolvimento e incremento do turismo receptivo. O processo de desenvolvimento do turismo receptivo num núcleo/pólo receptor depende, basicamente, dos seguintes fatores fundamentais:

- Vias de acesso
- Motivação
- Disciplina
- Segurança
- Meios de transporte
- Educação e respeito
- Controle de qualidade
- Preservação ambiental
- Sistema de comunicações
- Legislação turística específica
- Divulgação
- Conscientização da comunidade
- Reengenharia do turismo receptivo
- Cidade limpa e conservada
- Hospitalidade
- Saneamento básico
- Recursos humanos (mão-de-obra)
- outros

As agências de turismo de forma genérica necessitam do apoio dos órgãos oficiais de turismo para exercer suas atividades, com maior ou menor grau de colaboração. Em se tratando do turismo receptivo é fundamental o apoio oficial para a agência de turismo. A agência de turismo que opera o receptivo é a responsável pelo atendimento e pela prestação de serviços no centro (pólo, núcleo) receptor. O atendimento profissional deve reverter-se no melhor e maior resultado para o turista, viajante ou visitante. O agente de viagens que opera o receptivo necessita de informações, de dados estatísticos, de material de apoio para prestar o melhor serviço. Quem deve suprir o agente de viagens deve ser o órgão oficial de turismo tanto no âmbito federal, estadual, como regional e municipal.

Já as entidades de classe ou ONGs (organizações não-governamentais) procuram valorizar o associado, fornecendo o apoio logístico, jurídico e promocional; além de defender seus interesses comerciais e profissionais, divulgar seus serviços no âmbito de atuação da Entidade de que é filiado.

Podemos citar e indicar que uma agência operadora receptiva necessita filiar-se à Asta (American Society Travel Agency – Sociedade Americana de Agências de Viagens) para poder atender ao mercado externo, notadamente o mercado americano, além de um referencial profissional para os demais países do mundo onde a Asta mantém ações de intercâmbio, para a exploração do turismo convencional, evidentemente.

## **Assim vamos analisar essas novas formas de viajar, educar e ensinar**

### **a. Estudo do meio**

Considerando o turismo pedagógico (PELIZZER, 2003) como centro de interesse e como uma alternativa no processo de *educação informal*, criamos um novo conceito de formação e estudo do meio, mediante uma série de técnicas a serem aplicadas.

As experiências precursoras do turismo ecológico no Brasil, tendo como plano de ação o *Estudo do Meio*, datam da década de 1960. O idealizador foi o Prof. Domingos de Toledo Piza (1). Sua pesquisa foi iniciada com o apoio de uma empresa aérea nacional que deu origem a esse novo conceito de viagens ou ao estudo do meio, como era denominado o projeto. Em seu artigo expressa: “Os profissionais de turismo devem integrar equipes que visem à realização dessas viagens, a fim de tornar mais eficaz e produtivo o estudo do meio”. (2)

Assinala, também, a importância desse processo para a formação do cidadão brasileiro, situando-o como complemento indispensável à formação educacional

de nossos jovens e crianças. Assim, as bases dos estudos desenvolvidos durante 30 anos deram-lhe a experiência necessária para confirmar que o turismo é uma das alternativas desse processo não formal de ensino e aprendizagem quando devidamente planejado, organizado, administrado e aplicado com profissionalismo. Principais vantagens:

- a. colocar o aluno em condições reais, levando-o aos locais a fim de lhe possibilitar uma observação direta e vivenciada da realidade;
- b. dar condições para o aluno compreender que se trata de uma atividade fora da sala de aula, mas nela se inicia e termina, mantendo sempre a preocupação básica de ensino-aprendizagem;
- c. levar o aluno a perceber como o contato com a realidade facilita a compreensão, desde que tenha sido preparado para observar adequadamente os fatos.

Defendia também que o processo do estudo do meio devia desenvolver-se sempre em três fases distintas e interdependentes (Piza, 1992).

Hoje, existem diversos tipos de atividades extraclasse que podem ser aplicados e desenvolvidos mediante o fornecimento de informações específicas, antes do início da programação.

Uma delas é a oficina pedagógica envolvendo a direção da escola, seu corpo técnico, o corpo docente, o representante da comunidade e o seu agente de viagens.

Podem-se enumerar os principais centros de interesse ou atividades mais significativas que norteiam e incrementam o estudo do meio ou o turismo pedagógico:

Arquitetura / Urbanismo / História / Paisagismo / Agricultura / Jardinagem / Antropologia / Arqueologia / Arte Artesanato / Pintura / Escultura / Folclore / Biologia Marinha / Botânica / Caminhada / Campismo / Canoagem / Cavalgada / Ciclismo / Conservação e Impactos Ambientais / Cavernas / Excursões Culturais / Expedições Científicas / Day

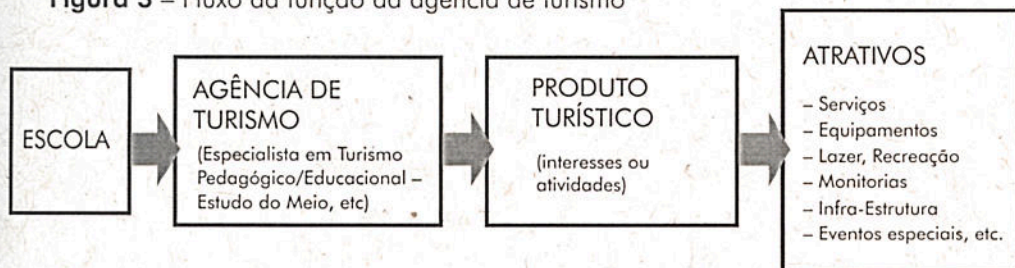
Camp / Esportes / Shows / Eventos / Feiras / Exposições / Fotografia / Fazendas / Hotéis Fazenda / Montanhismo / Mountain Bike / Observação de Animais: aves, baleias, primatas, etc. / Parques Ecológicos / Pescarias / Monumentos / Trekking / Viagens Ferroviárias.

Agente de viagens e professor de turismo. (2) publicado na revista "Turismo em Análise – São Paulo – ECA-USP, v.3, N1, pág.72, maio/92.

Reflorestamento / Apicultura / Minhocários, Plantio e Colheitas de Cereais e Frutas, e demais eventos de interesse.

Para a organização de evento como viagens, passeios, visitas técnicas, expedições, etc., é necessária a intervenção de uma agência de turismo. As atividades extraclasse implicam no deslocamento para certa localidade, num determinado tempo de duração e no uso de um meio de transporte. Esse evento é denominado excursão, viagem, passeio, visita técnica. A operação dessa atividade é privativa de agência de turismo, devidamente legalizada e credenciada em razão dos cuidados e precauções necessários ao conforto e à segurança dos viajantes, bem como ao melhor aproveitamento da excursão ou evento, principalmente se contar com a participação de um acompanhante técnico especializado.

Agindo dessa forma, a escola transfere toda a responsabilidade pela execução do evento ou operação/realização da viagem para uma empresa especializada e credenciada. Assim, a empresa de turismo tem a responsabilidade de organização do pacote (programa, passeio, viagem, excursão, roteiro da viagem, evento, destino) em que são incluídos itens que, normalmente, o viajante comum esquece ou negligencia. Ora, certos itens, aparentemente de pouco significado, podem trazer grandes transtornos e, portanto, devem ser cuidados com muito profissionalismo e atenção. Além da escolha do meio de transporte, a agência de turismo deve garantir assistência ao participante e a contratação de profissionais específicos ou monitores entre outros serviços. Teríamos em síntese esse fluxo:

**Figura 3** – Fluxo da função da agência de turismo

As atividades pedagógicas extraclasse terão um planejamento prévio, integrado aos propósitos e aos objetivos da escola, e serão realizadas com acompanhamento de técnicos das áreas específicas e para cada tipo/objetivo da viagem, excursão ou evento.

Aproveitando as potencialidades do turismo, a escola poderá desenvolver ou despertar no seu aluno (da pré-escola até o universitário) os seguintes pontos positivos (como aluno, participante e indivíduo):

Curiosidade – Acuidade – Tolerância – Novas Informações – Respeito – Adaptação – Coesão – Colaboração – Coerência – Solidariedade – Engajamento – Imaginação – Compostura – Competência – Habilidade – Conformidade – Controle – Confiança – Liberdade – Autenticidade – Zelo – Dignidade – Honestidade – Instrução – Organização.

### **b. Turismo cultural**

Excursões programadas inicialmente com crianças do primeiro ciclo estudantil, por meio de um projeto específico e de ônibus urbanos (em troca da concessão de novas linhas, a Prefeitura Municipal exigiria dois ou três trajetos, aos fins de semana, em caráter gratuito).

As crianças, acompanhadas de monitores treinados ou dos professores, passariam a tomar consciência dos valores culturais de sua terra e, conseqüentemente, do

significado do turismo e meio ambiente (as crianças informariam os familiares sobre sua experiência, despertando-os para realizar o mesmo tipo de atividade).

Enfim, cumpre criar uma conscientização em torno dos recursos naturais, culturais e socioeconômicos do interior paulista; aprimorar o sistema de participação do setor educacional, dentro da comunidade; e, paralelamente, ativar o interesse pelo turismo, em âmbito popular ou comunitário.

### **c. Estudo do meio ou geoturismo**

É obrigatória a implantação da disciplina Estudo do Meio ou Geoturismo no currículo oficial de ensino. Estudo do Meio ou Geoturismo seria uma disciplina que traria aos estudantes de primeiro e segundo graus conhecimento das características próprias de cada município, isto é, topografia, hidrografia, vegetação, clima, patrimônio cultural e histórico, usos e costumes (folclore e eventos), desenvolvimento urbano, problemas do município, planejamento (urbano, social, político, religioso, econômico, turístico e cultural), de modo a preparar o indivíduo para escolher seu representante de forma consciente e até mesmo para assumir os destinos da comunidade. A nova disciplina seria ministrada por professores do próprio município, preparados especificamente para essa tarefa e remunerados mediante um convênio com a Secretaria de Educação do Estado.

Existem, hoje, várias agências de turismo da capital que desenvolvem programas especiais nesse sentido, como é o caso do Projeto Estudo do Meio Ambiente e os Projetos Brasil Cultural: Ouro de Minas e Descobrimdo o Brasil Começando em Porto Seguro.

## **Conclusão**

Hoje, o mundo vive um momento em que as inovações tecnológicas e as possibilidades de obtenção instantânea de informações (*on line*) estão alterando a maneira como as pessoas se comunicam, estudam, pesquisam, relacionam-se e

efetuam transações. É no turismo que ocorrem as maiores mudanças e inovações. O turismo passa a ser um meio de processar uma nova tendência de ensino, as atividades extraclasse, que de qualquer modo se constituem num evento. Esse evento pode ser denominado de muitas concepções: viagem, excursão, estudo do meio, estudo técnico, prática vivenciada, visita técnica, atividade extraclasse, pesquisa de campo, aula prática, etc.

Para viabilizar esse novo conceito e mercado de viagens, com fins pedagógicos ou didáticos, é fundamental a presença de uma agência de turismo especializada na organização desses eventos e devidamente integrada com os objetivos da escola ou universidade. A operação desses eventos (pacotes ou viagens) é atividade privativa de agência de turismo, devidamente legalizada e especializada. A escola ou universidade, aproveitando as potencialidades do turismo, poderá despertar e desenvolver as seguintes qualidades no seu aluno (independentemente do grau de formação): curiosidade, tolerância, novas informações, respeito, adaptação, responsabilidade, coerência, solidariedade, habilidade, dignidade, honestidade, controle, confiança, liberdade, autenticidade, acuidade, instrução, competência, organização, dentre tantas outras qualidades inerentes ao ser humano). Mas, por outro lado, cabe às agências de turismo manter uma postura ética e profissional no tocante à prestação desses serviços especializados do turismo pedagógico ou estudo do meio. Assim, essas agências de turismo especializadas devem repensar novas estratégias de qualificação e capacitação profissional, ampliando a oferta de produtos e serviços, elegendo diferenciais que constituam as bases do sucesso profissional das agências de turismo nesse novo e forte mercado de viagens especializadas, no denominado turismo pedagógico ou estudo do meio. Por sua vez, o turismo, visto como um processo informal de educação, nas escolas ou universidades, precisa integrar seus esforços de atividades extraclasse, sempre contratando uma agência de turismo e não ser a própria agência de turismo (operadora turística) e instituição educadora.



## Bibliografia

ACERENZA, Miguel Angel. *Agencias de viajes – Organización y Operación*: Editorial Trillas-Série Turismo – México, 1997, 187 p.

Guia Empresarial ABAV-CN, São Paulo, 2001.

PAGE, Stephen J. *Transporte e turismo*. Bookman: Porto Alegre, 2001.

Portaria DAC No.: 676/GC-5 de 13.11.2000, DOU 14.11.00 – Condições Gerais de Transportes Aéreos no Brasil.

Turismo em Análise. São Paulo: Eca/USP, v. 3, n. 1, pp. 72-82, São Paulo, 1992.

 pdfelement

Doutor em Ciências da Educação pela Université Sorbonne. Bacharel em Comunicação Social e Jornalismo pela ECA-USP. Diploma de Estudos Aprofundados em Sociopedagogia da Educação de Adultos, dos Lazer e da Animação Sociocultural. Professor do Programa de Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi responsável pelas disciplinas Sociocultural da Hospitalidade e As Ciências do Lazer e sua Contribuição ao Estudo da Hospitalidade.

**Fátima Marita Barbosa**

Graduada em Letras Pela FFLV, Especialista em Administração Hoteleira e Eventos pelo SENAC - CET e Mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi.

# O Evento como Contraponto do Cotidiano

**D**esde os primórdios da história, ao menos desde que a rotina do trabalho surgiu nas lavouras e no pastoreio de animais, os homens sempre tiveram necessidade de festejos e celebrações<sup>1</sup>. Elas marcavam a vida religiosa e política das populações com eventos entendidos como capazes de proporcionar uma alternativa ao ritmo laborioso da vida cotidiana. Guerras, comemorações, ciclos da natureza, tudo proporcionava ocasiões de eventos capazes de cumprir os anseios dos

---

1 Provavelmente, ao menos pela observação de sociedades ditas primitivas que subsistiram até nossos dias, a necessidade de interrupção de toda e qualquer rotina cotidiana, com ou sem a presença de atividades de trabalho, existia mesmo em tempos anteriores ao neolítico. A “invenção” da atividade dita agrícola e pastoril, com sua rotina pesada de trabalho, deve apenas ter acentuado essa necessidade.

homens de se sentirem ligados ao seu passado, ao futuro e ao divino, e capazes de transcender a dureza do dia a dia.

Essa é uma das dimensões do evento, um terreno ainda pouco explorado teoricamente e que, tal como a hotelaria, é estudado apenas no campo dos procedimentos e da gestão. Para retirar do campo meramente especulativo o estudo dessa dimensão teórica do evento e trazê-lo para a reflexão, neste capítulo, examinar-se-á o caso do carnaval.

O carnaval é um dos eventos que mais permitem a comunicação lúdica por sua forte mensagem emocional, associada ao caráter excepcional e transitório de milenar comemoração. Sua proposta sempre foi celebrar a vida e a alegria, subverter o cotidiano e inverter totalmente os valores preestabelecidos. É o evento de calendário que melhor ilustra o desejo ancestral do homem de fugir da pequenez e do tédio que acompanham a repetição de todas as pequenas tarefas do dia-a-dia, razão pela qual foi escolhido como objeto do presente estudo.

No carnaval celebram-se coisas abstratas e inclusivas como o sexo, a alegria, o prazer, o canto, a dança e a brincadeira. Ficam suspensas as regras que controlam o olhar, o mundo se abre ao poder de ver e de fazer, “com a supressão dos códigos opressores estabelecidos, a partir da negação e do escárnio de todas as formas de coerção e exclusão” (RIBEIRO, 2003); é quando o indivíduo se sente dotado de poderes que lhe propiciam estabelecer relações diferentes e realmente humanas com os demais, com a finalidade única de plena satisfação de seus desejos.

Enfim, o carnaval representa a delimitação de um período no qual o pessoal se contrapõe ao impessoal, o intuitivo opõe-se ao técnico.

A importância do caso ora tomado para análise reside na aplicabilidade das observações que aqui lhe concernem, a todo e qualquer evento da vida moderna, seja um grande show de rock para dezenas de milhares de pessoas, seja uma pequena festa que se oferece aos amigos. Mais ainda: como se verá, o aspecto paroxístico da festa tradicional do carnaval, cuja pujança se limita, hoje, a algumas poucas cidades do Brasil e, ainda mais raras, em outros países, pode perfeitamente

ser entendido como a explosão dessa festa em quase todas as demais festas. Em outras palavras: a dimensão de contraponto do cotidiano permanece, mas agora não mais como uma pausa ritual anual, e sim como uma pausa mais freqüente, quem sabe mesmo semanal em alguns casos.

## Origem e significado da palavra carnaval

Existe uma grande dificuldade para explicar e definir as origens da palavra carnaval. Muitos estudiosos tentam explicá-la de diferentes formas e divergem entre si; os próprios dicionários traduzem tais divergências com diferentes definições.

A mais difundida e aceita é a de *carnevale*, originada do baixo latim *carnelevamen*, que significa “adeus à carne”. Alguns autores citam *carrus navalis*, palavras conjuntas que se referem às celebrações dionisiacas, em que um carro carregando um grande tonel era conduzido pelas ruas da Roma antiga, distribuindo vinho ao povo, nos séculos VII e VI a.C.

Araújo (2003, p.34) alega que a palavra surgiu em 590 d.C., quando Gregório I, o Grande, regulamentou as datas do carnaval e criou a expressão *dominica ad carne levandas*, derivada de dialetos italianos e que significa “tirar a carne”, o que seria a liberdade para ingerir carne à vontade antes da Quaresma. A versão menos conhecida vem de autores alemães que sugerem que a origem viria de *kane* ou *karth*, que significa comunidade pagã, os deuses e seus seguidores, e de *val* ou *wal*, que significa procissão dos deuses mortos.

Em relação às datas do carnaval, sua marcação obedece às regras que determinam a Páscoa Católica – são móveis, para não coincidir com a data da Páscoa Judia, que é fixa. O domingo de carnaval cairá sempre no 7º domingo que antecede o Domingo de Páscoa.

Em 1582, o papa Gregório XIII promoveu a reforma do calendário juliano, transformando-o em calendário juliano-gregoriano, em uso até hoje, e estabeleceu definitivamente as datas do carnaval.

## O evento na Antiguidade – dentro do templo

Por volta de 4.000 a.C. ocorreu a “invenção” da cidade, proporcionada por um grande número de descobertas que marcaram, inclusive, o início da civilização humana: a metalurgia, a linguagem escrita, a monarquia, os tributos e, também, a criação do mais antigo calendário do mundo, o egípcio (ARAUJO: 2003).

Muito tempo antes, por volta de 8.000 a.C., os cuidados com a agricultura já tinham inspirado e incentivado a criação de cultos e festejos ligados à fertilidade. Os primeiros agrupamentos humanos de porte, chamados de cidade, permitiram, contudo, que tais festejos fossem estruturados e codificados, como as festas agrárias, que faziam parte do culto e eram realizadas dentro dos templos e que desembocaram no carnaval.

A origem desse evento se perde na noite dos tempos. Mas certamente uma de suas raízes está ligada à civilização egípcia.

Segundo a mitologia desse povo, o carnaval foi inspirado na jovem deusa Ísis, protetora da natureza, e seu parceiro Osíris. Em sua homenagem, os mortais se reuniam ciclicamente, no plantio e nas colheitas agrícolas.

Dançavam e festejavam em prol do crescimento das sementes e da saúde dos frutos. Osíris era sacrificado após a festa para acalmar os dias de prazeres. A associação do culto à fertilidade com as permissividades praticadas naqueles dias entrevia a inversão do cotidiano com a idéia de renascimento.

Nessas celebrações existia também a figura de um rei sobrenatural, que era o eixo das festividades, permitia a realização de sonhos proibidos e ligava a festa ao sentido da vida e sua transcendência. A satisfação do rei abençoaria os campos e as sementeiras e a sua morte purificaria os espíritos, fundamentos da vida renovados conforme o ciclo da natureza.

Tais festejos continham rituais libertadores de atitudes reprimidas; era um período especial em que a quebra da ordem estabelecida e os desrecalques eram permitidos, com muita comida, bebida e liberação sexual. Seguiu-se um período de recolhimento e de *cinzas*.

Ainda na Antiguidade, diferentes povos assimilaram essas tradições e integraram-nas em seus próprios rituais religiosos — os gregos com as festas rituais em homenagem a Zeus, Dionísio e outros deuses, os romanos com as bacanais, as lupercais e as saturnais.

As bacanais se realizavam em homenagem ao deus romano Baco, que corresponde ao grego Dionísio, a mesma divindade responsável pela origem da vida, da alegria, do vinho, do sexo e perturbador da ordem estabelecida.

A festa das lupercais, que homenageava o deus Fauno (para os romanos) ou Pã (para os gregos), foi criada pelos sacerdotes lupercos e representava a luta da desordem e do tumulto contra a harmonia, que era a vencedora no final da festa.

As saturnais homenageavam Saturno, o deus romano protetor da agricultura.

Os famosos e antiqüíssimos ritos de Eleusis datam de 1800 a.C. e são também oriundos dos egípcios, mas incorporados pelos gregos. Consistiam na celebração dos “Augustos Mistérios” pelos grandes iniciados do passado e eram dos mais conhecidos mistérios religiosos gregos.

O Festival dos Mistérios começava no mês de setembro, na época da colheita da uva no povoado de Elêusis, perto da cidade de Atenas. Os rituais eram realizados em honra à deusa grega Deméter, protetora da agricultura e à deusa egípcia Ísis, protetora da natureza, e duravam sete dias.

Simultaneamente se realizava também o Festival Hebreu dos Tabernáculos, ou a Festa das Colheitas.

O sacrifício de ambos — pão (agricultura) e vinho (taberna) — era executado antes dos Mistérios de Iniciação e durante a cerimônia eles eram divulgados aos candidatos interessados em se iniciar.

Os ritos místicos eram similares aos rituais filosóficos das cerimônias sagradas. Não eram comunicados a todos que desejavam recebê-los, já que certas pessoas eram impedidas pelo arauto, como aquelas que possuíam mãos impuras e voz desarticulada.

A dinâmica integral desses eventos perdeu-se, a se crer em algumas especulações<sup>2</sup> com o último hierarca grego, provavelmente por volta do séc. IV d.C. Restaram às gerações posteriores alguns fragmentos desses rituais. Após a Iniciação Externa, o postulante deveria receber a Iniciação Interna, que não se fazia no espaço físico do templo, mas sim no *templo interior* do iniciado, se este o merecesse. A partir daí os eleitos eram libertos das admoestações do mal.

Sobre esses rituais, Platão dizia que “a iniciação é um símbolo de inefável silêncio e de união com naturezas místicas inteligíveis” (Proclus, *Theology of Plato*, livro IV. TAYLOR, Thomaz. *The Eleusinian and Bacchic Mysteries*, pp. 62-67, apud FRANCO, Arthur. *A Idade das Luzes*, 1997, Porto Alegre, RS: Wodan, 1997. Disponível em: <<http://www.geocities.com/athens/oracle>>: 24/09/03).

Para cristãos educados no monoteísmo, talvez seja difícil entender a dimensão religiosa dessa festa, mas no caso é essencial, pois, no politeísmo não existe antagonismo entre o sagrado e o profano. Não existe também a noção de pecado, tal como as religiões monoteístas a estabeleceram. O politeísmo permitia a convivência de cultos cômicos paralelos aos cultos sérios, cultos extrovertidos paralelos aos cultos introspectivos e convertia as divindades em objetos de sátira e escárnio, sem que eles perdessem seu caráter sagrado e de certa forma oficial.

Desse conjunto de fatos históricos, algumas observações podem ser sugeridas para uma posterior análise mais aprofundada: a primeira é que todas essas festas criadas por tantas culturas têm em comum o fato de delimitar para sua realização a mesma época do ano, que é a do inverno no hemisfério norte, tempo impróprio para a maior parte das tarefas de trabalho. Pode-se mesmo ir mais longe e sugerir que o forte consumo de álcool e de carne, denominadores comuns dessas festas, cumprissem uma outra finalidade, além da de contraponto de dias de festa a dias de

---

2 Em seu romance *Juliano*, Gore Vidal fala da persistência desses rituais até a época do referido imperador romano, que teria inclusive participado desses ritos.

dura rotina de todo o resto do ano: um desejo coletivo de contrapor, ao clima depressivo e introspectivo do inverno, a atmosfera lúdica e contagiante da orgia.

É importante ressaltar, porém, que o coletivo aqui mencionado não implica na totalidade dos indivíduos, pois, ainda que não se saiba a proporção de aficionados dessas festas, é certo que boa parte da população mantinha-se à margem, e não são raros os casos de lideranças políticas, como Catão, o Velho, ou literárias, como Sêneca, ambos em Roma, que reprovavam os excessos dessas festas.

## Os jogos olímpicos da Antiguidade

Outra celebração festiva dedicada aos deuses do Olimpo era o Festival dos Jogos Olímpicos, na Grécia antiga, um dos maiores e mais importantes eventos da Antiguidade.

Teve seu início em 776 a.C., data do primeiro registro dos vencedores, e acontecia de quatro em quatro anos. Era realizado no mês de agosto, no Grande Santuário da cidade de Olímpia, que se dividia em um ginásio, um estádio, um hipódromo, a palestra, construção destinada ao treinamento dos atletas, um hotel e dois templos, um para o mais venerado deus grego do Olimpo, Zeus, e outro para Hera, sua esposa, deusa do matrimônio.

De todos os prédios de Olímpia, o mais bonito e importante era o templo de Zeus, que abrigava a colossal estátua do deus, considerada uma das sete maravilhas do mundo.

A importância atribuída a esse evento devia-se ao grande número de participantes e espectadores presentes, pela marcante repercussão político-religiosa e por conter elevado espírito unificador entre os povos gregos.

Uma das vertentes que o estudam sustenta que o instaurador do famoso festival foi Atlios, filho de Zeus, o Grande Júpiter. Atlios foi o primeiro rei de Élide, cidade-estado próxima de Olímpia, sendo por esse motivo as competições denominadas de “Atlas” e os participantes de “atletas”.



As mulheres, por serem consideradas seres inferiores, eram proibidas de assistir ao espetáculo. Esse privilégio era privativo de homens e deuses.

Há, porém, uma corrente de estudiosos que afirmam que o impedimento atingia apenas as mulheres casadas, as virgens podiam comparecer para aprender a admirar o sexo oposto e adquirir gosto pelo casamento.

Os preparativos da festa começavam dez meses antes de sua abertura e, quando se aproximava seu início, o arauto divulgava por toda a Grécia a trégua sagrada, que suspendia as guerras por três meses até o final das comemorações. A partir do século IV a.C. a região de Olímpia foi declarada inviolável.

Os jogos duravam sete dias, sendo o primeiro e o último dedicados às cerimônias religiosas. Embora as competições esportivas fossem a base dos sete dias do festival, o caráter religioso era muito acentuado, porque os jogos sempre representaram um ato sagrado em honra ao supremo Zeus, Senhor do Olimpo.

A vitória conferia alta honraria para o vencedor, sua família e sua cidade natal. Como prêmio material o vitorioso recebia uma coroa de oliveira. Atenas premiava seus vencedores patrocinando-lhes alimentação pelo resto de suas vidas.

As homenagens aos campeões consistiam nas coroações, a seguir o grande banquete e depois o ritual de preparação, para os heróis entrarem em suas cidades. Eram ungidos com óleo, vestidos com roupas de gala e conduzidos em cavalos brancos. Eram recebidos com chuvas de flores ao toque de trombetas.

Gozavam também do privilégio de terem suas estátuas erigidas em madeira de cipreste, pedra, bronze ou mármore cujas esculturas, porém, obedeciam a regulamentos e deveriam ter tamanhos naturais, visto que as de maiores dimensões eram reservadas às divindades. O homem não tinha o direito de querer igualar-se a um deus.

Tais rituais ligavam-se ao fato de os vencedores serem considerados pelos gregos como semideuses, cidadãos que receberam sinais da graça divina, favorecidos com o dom da invencibilidade e não podiam ser comparados aos homens comuns.

Segundo Píndaro, poeta dos Jogos Olímpicos, *Quem vencer em Olimpia gozará pelo resto da vida de uma calmaria doce como o mel.*

Em 393 d.C. o Festival dos Jogos Olímpicos, uma das mais extraordinárias contribuições da Grécia Antiga, foi abolido pelo imperador romano Teodósio I, o Grande, convertido ao cristianismo, que proibiu os cultos pagãos a pedido da Igreja Católica.

Embora os Jogos Olímpicos fossem um marco que sobrevive até nossos dias, na Grécia Antiga, no entanto, eles não esgotavam a necessidade que os gregos possuíam de homenagear e cultuar os deuses por meio de celebrações, haja vista a existência de outros festivais de menor importância no calendário religioso, mas de igual brilho, que eram realizados nos intervalos dos Olímpicos.

Havia os Jogos Heranos, em honra da deusa Hera, esposa de Zeus. O culto a Hera era quase tão solene quanto o a Zeus. Era realizado no maior templo dedicado a ela, construído nas montanhas entre as cidades de Argos e Mícnas, e que abrigava sua célebre estátua em ouro e marfim; era ali representada como uma bela mulher, jovem, cândida e austera. Vestia uma túnica e um véu. Sua cabeça era adornada por um diadema, em uma das mãos segurava uma romã e na outra um cetro encimado por um pássaro e por uma granada, pedra preciosa que simbolizava o amor e a fidelidade conjugal.

Os Jogos Heranos eram destinados somente às mulheres. A organização e administração do evento eram de responsabilidade das sacerdotisas da deusa Hera. Elas também presidiam os ritos religiosos e as provas esportivas. Havia apenas uma corrida e as competidoras corriam descalças, com os cabelos soltos, usando uma pequena túnica que exibia o ombro e o seio direitos. Nas demais provas esportivas, vestiam costumes de duas peças. As vencedoras recebiam como recompensa uma coroa de oliveira selvagem e uma porção de carne de vaca, sacrificada à deusa.

Os Jogos Píticos eram celebrados em honra ao deus Apolo, protetor das profecias, da medicina e da música, e também associado ao pastoreio e ao sol; era também um arqueiro excepcional. Eram realizados no santuário de Delfos, situado nas

encostas do monte Parnaso. Iniciaram em 582 a.C. e duraram até IV d.C., quando também foram abolidos por decreto do imperador romano cristão Teodósio.

Esses jogos se diferenciavam dos demais por acrescentar competições artísticas além das esportivas. Delfos ocupava um espaço privilegiado na vida religiosa dos gregos, pois era considerado o “umbigo do mundo”.

Segundo a lenda, Zeus, interessado em identificar o centro da terra, soltou duas águias, uma de cada canto do universo, que acabaram se encontrando em Delfos. Conta-se também que a origem do nome veio do próprio deus Apolo para comemorar sua vitória sobre Píton, uma serpente-monstro, filha da mãe-terra e habitante de uma antiqüíssima gruta oracular, que destruía as colheitas, devorava homens e animais. Apolo matou a serpente e de seu nome derivou o de sua sacerdotisa, a Pitonisa e o nome dos Jogos. Os vencedores, chamados pitônicos, recebiam como prêmios uma palma e uma coroa de folhas de louro. Como os olímpicos, alcançavam fama nacional, tinham o direito de erigir suas estátuas em Delfos e eram eternizados pela arte dos poetas.

Os Jogos Ístmicos eram uma grande festa religiosa em honra de Possêidon, o deus do mar. Tiveram seu início em 582 a.C. e aconteciam na cidade de Corinto, situada no istmo que liga o Peloponeso ao resto da Grécia continental, no santuário do deus. A participação nas competições era permitida apenas aos gregos no início, mas a partir de 228 a.C. os candidatos romanos passaram a ser admitidos. Como recompensa, os vencedores recebiam uma coroa de aipo ou de pinheiro.

Os Jogos Nemeus, uma das quatro grandes festas nacionais da Grécia Antiga, eram realizados em honra de Zeus, na cidade de Neméia, ao norte de Peloponeso. Ocorriam a cada dois anos, no segundo e quarto ano de cada Olimpíada.

As provas compreendiam as habituais competições atléticas e competições artísticas, de teatro e música. Os prêmios eram uma coroa de aipo ou de carvalho, a árvore sagrada de Zeus. Sua existência histórica data de 573 a.C. e também se encerrou quando o imperador Teodósio aboliu a realização de todos os jogos considerados pagãos pela Igreja Católica, embora todos eles fossem realizados em honra de um deus e celebrassem cultos religiosos em suas aberturas e em seus encerramentos.

Paralelamente aos eventos de cunho religioso, realizavam-se também os eventos cívicos, que visavam conservar a memória humana dos fatos mais significativos para o país, a coroa e a comunidade.

Não obstante tratar-se de eventos de caráter político e comunitário, esses estavam também sob o domínio do religioso, visto que já desde o início da Antiguidade os reis chancelavam seu poder com o título de filhos ou representantes da divindade.

As cerimônias públicas assinalavam as datas importantes e transmitiam aos participantes a noção de pertencer a uma comunidade e de unidade e identificação com a coroa. Destacavam-se as comemorações de batalhas e os festejos da família real.

O primeiro Congresso aconteceu em Corinto em 377 a.C. e reuniu todos os delegados das cidades gregas a fim de elegerem Felipe, o general da Grécia que comandou as lutas contra a Pérsia.

O fim do Império Romano do Ocidente marcou o fim da Antiguidade e as celebrações ditas pagãs se diluíram sob a referência cristã e sob o peso do monoteísmo cristão. As festas mencionadas sobreviveram no que veio a ser chamado de carnaval e, em menor grau, em outras festas. Ainda eram religiosas, ou, ao menos, controladas pelo calendário religioso, mas não tinham mais lugar dentro do templo e, sim, à sua sombra.

## O evento na Idade Média – à sombra do templo

A Idade Média representou um grande processo de semeadura e um laboratório de civilização, do qual se consumou o Ocidente, síntese das culturas grega, romana e judaico-cristã. Diferentemente das sociedades ditas pagãs da Antiguidade, contudo, a cultura e a educação medievais foram centradas na religião e esta passou a ser referência mais poderosa do que o Estado na definição do permitido e do proibido. Quando o Cristianismo chegou ao Ocidente, o caráter libertino das festas foi a princípio condenado pela Igreja Católica.

Teólogos, doutores e papas foram contra o carnaval e as demais festas pagãs (ARAUJO, 2003:19). Aliados ao Estado feudal, impuseram ao culto a seriedade em contraponto ao riso, porém o povo, indiferente ao oficialismo imposto, respondia nos eventos populares com atos e ritos cômicos.

A Igreja, ao constatar a ineficiência das proibições dos festejos pagãos, arraigados no inconsciente coletivo dos povos, tratou de adaptá-los ao calendário eclesiástico, porém ligados aos símbolos da religião. Foram então permitidas comemorações libertas de orgias e permissividades. A intenção da Igreja era cristianizar as festas pagãs, porém esse intuito nunca foi alcançado.

Embora tendo seu caráter original transfigurado porque totalmente controlado pela Igreja Católica, o carnaval ganhou força pela sua tradição. Mais do que nunca, os festejos tiveram as suas características de contraponto ao cotidiano, acentuadas e transformadas em momentos de “inversão”: (...) “paganismo no lugar de cristianismo, muita comida em vez de fome, muito sexo em vez de abstinência carnal, homens vestindo-se de mulheres e vice-versa” (CAMARGO, 2002, p. 30).

Todo o período de dezembro até fevereiro era festejado de forma carnavalesca, “algo bastante apropriado do ponto de vista cristão, já que o nascimento do filho de Deus numa manjedoura era um exemplo espetacular do mundo de cabeça para baixo” (BURKE, 1989, p. 216).

O carnaval inspirou-se nas outras festas e delas se destacou pela criatividade e capacidade de imaginação, visível em seus temas; esboçou-se não de acordo com um cronograma exato, mas “mais pela evolução dos costumes” (HEERS, 1987, p.168).

Foi tomando maior vulto, sobretudo na área mediterrânea da Europa — em Roma e Veneza, em Paris e Nice, em Nuremberg e Colônia. Os festejos carnavalescos eram ligados ao ciclo litúrgico e as pessoas usavam máscaras e cantavam sátiras e paródias aos rituais da Igreja, aos costumes, às convenções sociais e às personalidades credenciadas da região. Não eram festas prestigiadas pelas classes privilegiadas, mas constantemente criticadas e, embora proibidas em 1431 pelo Concílio de Basiléia, algumas sobreviveram por mais um século.

Contrastando com a arraigada hierarquização do regime feudal, a partir da própria hierarquia do trabalho nas corporações profissionais, tendo como pano de fundo a hierarquia social em classes estanques (nobreza, clero e povo), o contato livre e familiar que acontecia nesses dias especiais era vivido intensamente, criando um tipo particular de comunicação grotesca e livre, inconcebível no dia-a-dia, que proporcionava humanismo nas relações através da percepção carnavalesca do mundo.

Segundo Mikhail Bakhtin (1987), é imprescindível conhecer o realismo grotesco para compreender o realismo do Renascimento e suas outras manifestações posteriores.

A procissão do carnaval evocava e caricaturava as procissões religiosas celebradas durante o ano. Os gestos, as danças e os símbolos imitavam os nobres, os bispos e os papas. Os próprios loucos participavam com seus provérbios característicos.

A procissão seguia pelas ruas até a praça principal, em frente à Câmara Municipal, às casas dos burgueses e aos palácios dos ofícios. As pessoas do povo compareciam fantasiadas de bobos, palhaços, com máscaras de demônios e animais das florestas. Os ritmos das danças eram mouriscos, à semelhança da Festa dos Loucos. Os foliões recolhiam prendas e peixes para os dias de jejum e moedas para as bebidas. Não raro exigiam a contribuição dos judeus (naquela época bem tolerados pela cidade e protegidos pelo papa) e das meretrizes, com a bênção dos magistrados; espécie de poder sobre os heréticos, obrigados a resgatar a sua condição e as suas desordens (HEERS, 1987, pp. 170-171).

Jogavam cascas de ovos com água perfumada nos assistentes, à semelhança dos festivais religiosos. Da iconografia aos cenários, às músicas, às falas, tudo indicava que se tratava de uma apologia à loucura, ao irracional e ao efêmero, e as pessoas sérias não deviam fazê-lo. Os festejos representavam, sobretudo,

pretexto para a prática do desregramento total, a base lúdica de uma sátira social e política exacerbada.

A presença de estrangeiros, as máscaras, as casas abertas, a embriaguez da multidão permitiam excessos anônimos, cuja mensagem era a recusa dos tabus e deveres, o desafio ao proibido, em um jogo brilhante e perigoso.

Os homens se fantasiavam de mulheres, a escravidão era temporariamente abolida, os escravos eram nivelados aos senhores, se sentavam à mesma mesa e eram servidos por seus amos.

“Entre os quadros vivos dos carros, havia o da Roda da Sorte, que se referia ao destino do homem e a sua condição perante Deus; ilustrava a fragilidade das ambições e a precariedade da vida e das situações” (HEERS, 1987, p. 183).

Havia outro carro que representava a fonte da juventude, com uma velha sendo devorada por um demônio gigante.

Entre os jogos, o principal era o Jogo da Paixão, que exibia a roda dos tormentos do inferno com um fogo ardente, onde giravam os pecadores; havia também os que evocavam a prostituição, os avarentos e outras práticas e valores criticados pela Igreja.

No último dia, ao final da longa procissão, incendiavam o carro mais imponente como símbolo de triunfo sobre as forças do mal, do irracional.

Segundo Peter Burke (1989, pp. 208-209), dentro do ritual carnavalesco também se inseriam vários tipos de competições: disputas no ringue, corridas a cavalo e a pé, torneios em terra e na água. Jogos de futebol eram realizados na Grã-Bretanha e França. Havia também apresentações de peças teatrais e simulações, geralmente centradas na figura do próprio carnaval personificado por um homem gordo enfeitado com comidas, sentado em um barril; a quaresma era representada por uma velhinha magra vestida de preto e enfeitada com peixes. Ou, ainda, um porco era solenemente decapitado e uma sardinha era enterrada com todas as honras.

A elite realizava suas festas nos salões de Veneza, também com o uso de máscaras transformadoras. O uso das máscaras traduzia uma alegre negação da identi-

dade, expressão das metamorfoses e das violações das fronteiras. Encarnava o princípio do jogo da vida, baseado na co-relação da realidade com a imagem, criando um ambiente especial, de outro mundo. Entretanto, o seu uso tornou-se rotineiro e elevou a criminalidade executada sob elas. A dificuldade de identificação dos criminosos levou as autoridades a proibi-las.

O carnaval punha em risco as hierarquias sociais e os princípios governamentais, visto que seus principais temas reais e simbólicos eram comida, sexo e violência, sendo o apelo mais forte para a comida, com destaque para as carnes em geral.

Significava também a *carnalidade*, o sexo, intensamente praticado durante o carnaval; o pico de casamentos acontecia durante ou logo após o período carnavalesco. Era uma festa também de agressão, destruição e profanação, pois os tabus que reprimiam os impulsos sexuais e violentos eram temporariamente suspensos; época de desordem institucionalizada, mas, sobretudo, a festa de todos.

Os festejos de carnaval com todos os seus atos e ritos cômicos ocupavam um lugar muito importante na vida do homem medieval. A festa tinha a propriedade fundamental de todas as formas de espetáculos cômicos da Idade Média.

O conjunto de festas que desembocavam no Carnaval — que, por ser a última, era também a mais orgiástica — marca o apogeu dessa propriedade do evento de firmar-se em contraponto ao cotidiano. No caso, um estilo de vida sonhado, marcado pela irreverência, pelas regras do lúdico, vivido em alguns poucos meses, contraposto ao estilo real, duro, concreto, marcado pelo peso da clivagem social que condenava a maioria da população a vidas materialmente miseráveis.

Mas não se pode, também, deixar de destacar a observação atenta de Harvey Cox (1974). O Iluminismo, a máquina, a disciplina que marcaram o final da Idade Moderna determinaram não apenas o fim das festas populares, mas também o declínio do carnaval. Marcaram, também, o fim de uma época em que os homens viveram seu imaginário a fundo e dele extraíram todas as suas potencialidades, sobretudo a de imaginar um mundo ao reverso. Apesar de sempre descambarem em libertinagens, essas festas demonstravam que “uma cultura podia zombar, periodicamente, de suas mais sagradas práticas políticas e religiosas” (COX, 1974, p. 12).



No final do Renascimento e início da Europa Moderna, praticamente todas as grandes festas do ano eram um carnaval em miniatura, visto que constituíam um importante agrupamento de rituais em comum. Segundo Peter Burke (1989), pensar nas festas religiosas daquela época como pequenos carnavais está mais perto da verdade do que concebê-las como graves e sóbrios rituais à maneira moderna.

A Igreja convivia bem com a festa e até passou a estimulá-la, principalmente com o papa Paulo II (1461-1471). Em 1545, no Concílio de Trento, o carnaval integrou a pauta de discussões e foi reconhecido como uma importante manifestação popular, não devendo ser hostilizada pelo clero. Considerava-o criminoso apenas em círculos restritos, como, por exemplo, na Corte Francesa antes da revolução, onde os bailes de máscaras se transformavam em bacanais como na antiga Roma decadente (DAMANTE, 1980, p. 6-7 apud ARAUJO, 2003, p. 23).

A festa do carnaval firmou suas características básicas. O carnaval italiano chegou a ser o mais famoso; era considerado como uma festa que o povo dava a si mesmo. As festividades começavam em janeiro e cresciam até a proximidade da quaresma.

O carnaval podia ser visto como uma peça imensa onde as ruas e praças principais se tornavam um grande palco de um teatro sem paredes e os habitantes eram seus atores e espectadores. Havia consumo maciço de carne, panquecas, doces e bebidas e atingia seu clímax na terça-feira gorda (ARAUJO, 2003:40).

As brincadeiras e encenações continuavam, assim como as inversões de papéis; os homens vestidos de mulher, as mulheres de homem; um cavalo andava para trás com o cavaleiro de frente para a cauda, o cavalo virava ferrador e ferrava o dono, o boi virava açougueiro e cortava um homem em pedaços, o peixe comia o pescador.

As inversões de *status* eram mostradas pelo filho batendo no pai, o aluno no professor, os pobres dando esmolas aos ricos, os leigos rezando missas aos padres. As pessoas atiravam farinha e confeitos com formas de frutas e ovos umas nas outras (Burke, 1989).

Naqueles tempos, um dos rituais mais carnavalescos e famosos era o de justiça popular, denominado de “Charivari” (BURKE, 1989, p. 222). Nele, ocorria uma espécie de serenata de gozação pública contra, por exemplo, um velho casado com uma jovem ou qualquer um que contraísse segundo matrimônio, um marido traído ou que apanhasse da mulher, ou contra o clero e fazendeiros. Um grupo de pessoas cantava músicas difamatórias acompanhadas pela batida de panelas.

Os charivari eram conhecidos em toda a Europa; podiam se adiar até o carnaval quando os insultos eram permitidos. A vítima era levada pelas ruas montada de costas para um burro, para mostrar que a quebra das convenções sociais invertia a ordem das coisas. Esse ritual funcionava como controle social para uma comunidade ou paróquia demonstrar seu desagrado às pessoas que transgrediam os costumes e para desencorajar os mal-intencionados. Era o uso de rituais permitidos pela Igreja para controlar a multidão; aparentemente expressavam protesto contra a ordem social, mas funcionavam como contribuições a essa própria ordem.

A esse respeito muitos estudiosos e antropólogos sociais sustentam que o protesto e a suspensão dos tabus servem para reforçá-los e igualmente as inversões de *status* reafirmam o princípio hierárquico. As classes dominantes permitiam tais anarquias e inversões porque eram cientes de que as desigualdades de riqueza e poder não poderiam sobreviver sem uma válvula de segurança, em que os pobres compensassem suas frustrações (BURKE, 1989, pp. 224-225).

O carnaval oferecia duas perspectivas básicas para analisar e interpretar os muitos aspectos comportamentais da época. A primeira delas era a diferença ostensiva entre os dias da festa e os dias da quaresma — dias *gordos* e dias *magros* —, geral-

mente representados por um homem gordo e outro magro. Durante a quaresma, a Igreja preconizava o jejum e a abstinência de carnes, ovos, sexo e entretenimentos. O que faltava na quaresma abundava no carnaval. Mas a festa não se opunha apenas à quaresma, mas também à vida cotidiana e ao resto do ano.

“A outra perspectiva era a de que significava coisas diferentes para diferentes pessoas. Resumindo, era o mundo de ‘pernas para o ar’, como um símbolo de retorno à liberdade de uma época anterior à idade da razão” (BURKE, 1989, p. 215).

Houve um tempo, todavia, em que o deboche deu espaço ao tétrico e ao macabro e tornaram-se conhecidas as Danças Macabras da Alta Idade Média, nas quais homens e mulheres dançavam nos cemitérios diante da morte, que ouvia suas queixas e depois passava a foice (ARAÚJO, 2003: 41).

Mesmo quando a Igreja deixou de incentivar o carnaval, os noviços dos mosteiros jamais deixaram de organizar suas festas, com danças na própria Igreja e nas ruas, com procissão e missa simulada. Naquelas ocasiões, os clérigos usavam máscaras e roupas de mulheres ou vestiam hábitos de trás para frente, seguravam o missal invertido, jogavam cartas, cantavam cânticos imorais, xingavam a Congregação, as escrituras e liturgias católicas eram parodiadas. Enfim, em todos esses rituais organizados na própria Igreja, a instituição era ridicularizada e questionada em todos os eventos de cunho carnavalesco.

Ao lado disso, na Europa Moderna os rituais públicos representavam questionamentos sobre a ordem social, política e religiosa reinante e não raro terminavam em conflitos e rebeliões, como uma forma extraordinária de rito popular, através de ações e não apenas de simbologias.

As autoridades tinham consciência do problema; alguns defendiam a realização de festas mais grandiosas para distrair o povo, enquanto outros discordavam por achar que as grandes reuniões fomentavam o ensejo para a embriaguez e a prática de violência.

Como efeito, no século XVII intensificou-se o movimento por parte dos cleros católico e protestante em conjunto com a elite, com o fim de reformar a cultura das massas.

As tentativas já tinham precedentes medievais, mas se firmaram no início da Idade Moderna, quando as vias de transporte melhoraram e os livros passaram a circular com mais facilidade, principalmente nas regiões urbanas da Europa protestante. Os livros advertiam os leitores sobre os perigos do jogo, da dança, das tavernas e, principalmente, do carnaval.

A Igreja pregava um cristianismo mais livre das superstições e credences populares. Criticava também o culto às imagens e aos vários nomes atribuídos à Virgem Maria e demais santos.

A ênfase era a substituição dos rituais populares pela reforma moral. Gradativamente, os leigos começaram a participar das campanhas da Igreja contra o carnaval e outras práticas do folclore popular.

Anteriormente, a maioria dos padres tinha nível social semelhante ao de seus fiéis, porém os reformadores, insatisfeitos com a situação, exigiram um clero mais culto. As igrejas protestantes possuíam também considerável maioria de ministros com nível universitário. A Igreja Católica por sua vez, após o Concílio de Trento, começou a formar seus padres nos seminários e ressaltava a dignidade do sacerdócio. Em consequência, os clérigos ao velho estilo, que punham máscaras, dançavam na Igreja durante as festas e faziam piadas no púlpito, gradativamente deram lugar a um novo padrão de párocos, com *status* superior e mais distanciados de seus fiéis. Esse padrão de comportamento se estendeu à nobreza, “agora mais educada e aprendendo a exercer o autocontrole em suas práticas sociais” (BURKE, 1989, p. 292).

O que os reformadores viam de errado na cultura popular? As objeções eram de fundo teológico, por conterem vestígios do antigo paganismo, cujos costumes eram considerados diabólicos e também porque era vista como não cristã, pois nessas ocasiões o povo se entregava à licenciosidade. A magia também era considerada como uma sobrevivência pagã.

Segundo Burke (1989), o constrangimento diante dos reformadores protestantes, que acusavam os católicos de praticar uma religião mágica, incentivou os reformadores católicos a tentar expurgar da cultura popular os sortilégios e as fórmulas mágicas.

O ponto crucial debatido pelos reformadores situava-se na separação entre o sagrado e o profano, que pouco a pouco instaurava uma importante mudança na mentalidade e sensibilidade religiosas da época. Os devotos se empenhavam em destruir a tradicional familiaridade do sagrado com o profano nas festas, pois acreditavam que a familiaridade alimentava a irreverência, que fomentava ocasiões de pecado, embriaguez, glotonaria e luxúria, estimulando a submissão ao mundo, à carne e ao demônio.

Além das tentativas do clero e dos nobres no sentido de reformar a cultura popular, outras importantes transformações contribuíram profundamente para as grandes mudanças de rumo ocorridas.

O crescimento populacional forçou as mudanças econômicas, resultando daí a revolução comercial, que constituiu um dos marcos do início da Idade Moderna. O aumento da demanda por alimentos e bens trouxe a padronização dos processos produtivos e a comercialização da agricultura, o que contribuiu para melhores condições de vida aos pequenos proprietários, aos artesãos e aos camponeses. Entretanto, a expansão do mercado contribuiu para a destruição da cultura material local e também afetou as apresentações artísticas populares. Os homens de negócio começaram a ver as atividades de lazer como bons investimentos e introduziram gradativamente as produções organizadas, em recintos fechados, surgindo a figura do empresário. Um dos destaques da comercialização da cultura popular foi o surgimento dos circos.

Além das figuras tradicionais dos palhaços e acrobatas, foram surgindo novos ídolos populares, como os esportistas e os toureiros profissionais.

No rol das transformações, o carnaval passou a ser atração organizada não só para os habitantes locais, mas também para visitantes e turistas.

As formas grotescas mais espontâneas e participativas de lazer cederam espaço para espetáculos organizados para espectadores.

Como resultado desse movimento de distanciamento, a partir de 1800, na maior parte da Europa, a Igreja, a nobreza, os comerciantes e os profissionais liberais já haviam relegado os festejos da cultura popular às classes baixas, separadas por um abismo de profundas diferenças de concepção de mundo.

Outro importante fator que contribuiu para a comercialização da cultura popular centrou-se na elevação dos índices de alfabetização e da criação de gráficos, o que resultou na circulação de livros impressos.

Em 1850, os europeus ocidentais protestantes tinham os índices mais altos de alfabetização, a Suécia tinha 90%, a Escócia 80%, a Inglaterra 70%, Espanha e Itália 25% e Rússia 10%. Esses índices, além da corte e da burguesia, estavam centrados nos artesãos e pequena minoria nos camponeses. O aumento da alfabetização, incentivado pela fundação de escolas por parte dos religiosos tanto protestantes como católicos, fazia parte do movimento pela reforma da cultura popular. Sustentavam que o texto impresso produzia um novo tipo de personalidade, com alta capacidade de empatia e disposição em aceitar transformações.

## O jogo do entrudo

A palavra entrudo vem do latim *entritu*, que significa entrar, ou seja, entrada da quaresma. Originou-se na Península Ibérica, inspirado nas bacanais e saturnais greco-romanas e firmou-se no início da oficialização do carnaval cristão, após 590 d.C. Aprofundou suas raízes em Portugal e durou por 10 a 12 séculos, tendo seu apogeu entre 1200 e 1300.

“O ritual de espargir água destinava-se a banhar as pessoas para que purificassem o corpo, mistura de práticas religiosas anteriores, judaico-hindus” (ARAÚJO, 2003, p. 38).

As suas práticas eram consideradas verdadeiras batalhas, cujas munições eram pós brancos e coloridos, folhas, ovos, frutas e jatos d'água lançados das janelas das residências ou em grandes seringas. Tinha características muito agressivas e atingiu o máximo da violência e agressividade entre 1650 e 1750 em Portugal.

A Igreja era contrária ao jogo do entrudo e criou o jubileu das quarenta horas e editais de proibições em 1817, mas a festa sempre persistiu e somente no século XX introduziram-se outras formas de brincar o carnaval na tentativa de eliminar suas práticas violentas. No Brasil foi introduzida a partir de 1723, com a chegada dos habitantes (ilhéus) das ilhas portuguesas da Madeira, Açores e Cabo Verde. Também aqui, o século XX trouxe nova mentalidade e novos interesses, com a introdução do confete, da serpentina e do lança-perfume, que acabaram por desviar as tendências e aí o entrudo se enfraqueceu até se extinguir por completo.

Não obstante a abolição da festa em termos gerais, em Portugal ainda resistem algumas celebrações do entrudo que mantêm a sua singularidade, de acordo com as tradições portuguesas. Na região de Trás-os-Montes existem em várias aldeias, mas são festas locais e quase privadas. As celebrações são jocosas, trocistas e irônicas, preparadas em segredo pelos mais jovens, que recorrem à sabedoria dos mais velhos a fim de manter a tradição. As refeições cerimoniais à base de carne de porco são fundamentais e marcam o início do período de abstinência da quaresma. Há também a presença de mascarados endiabrados e ações de punições e correrias. Em algumas aldeias se conserva ainda uma boa parte da licenciosidade selvagem que sempre a caracterizou.

Apesar de o entrudo ter sido importado de lá, notam-se divergências entre a festa portuguesa e a brasileira, em relação à sua duração. A partir da segunda metade do século XX, o carnaval desapareceu completamente em Portugal, restando apenas alguns vestígios do entrudo ao passo que, no Brasil, “o carnaval passou a se constituir a grande festa nacional, um dos símbolos do país, tendo o entrudo, há tempos, desaparecido” (QUEIROZ, 1992, pp. 61-2).

## Demais festas populares da Idade Média

Além do carnaval, outras festas populares eram realizadas na Europa medieval. A Festa de São Nicolau tinha seu início em 6 de dezembro e ia até o Natal. Conhecido também como Mikulas, Nicolas, Santa Claus, Nicholas of Bari, esse santo, quando em vida, foi bispo de Mira, na Turquia, viajou pela Terra Santa e Egito, onde converteu muitos homens ao cristianismo. Faleceu em 32 d.C. e é mais conhecido como São Nicolau de Bari, cidade italiana; suas relíquias foram levadas para lá em 1087 e a partir de então seu culto se estendeu a todo o Ocidente.

Diz a tradição que em Mira ele tinha grande afeto para com os meninos pobres e era o seu protetor, que o re-batizaram de Papai Noel. A tradição da figura de Papai Noel se estendeu por toda a França e todos os países Nórdicos e particularmente no continente americano, onde levou o nome de Santa Klaus. Sua representação cultural é baseada no costume de dar às crianças um presente no dia de seu padroeiro, cujo folclore mágico se juntou à festa do Natal. (<[www.miragemartigosreligiosos.com.br](http://www.miragemartigosreligiosos.com.br)> – acessado em 22/09/03).

A Festa dos Inocentes acontecia logo após o Natal, mais precisamente em 28 de dezembro, e era realizada em homenagem às crianças mortas pelo rei Herodes, consideradas as primeiras mártires do Cristianismo, conforme o evangelista Mateus. Segundo ele, quando Herodes descobriu ter sido enganado pelos magos em relação ao nascimento de Jesus, o Messias, mandou matar em Belém e no seu território todos os meninos com menos de dois anos de idade.

A festa originou-se no início da era cristã e tinha um caráter jubiloso e não de luto, pois homenageava os meninos do coro e dos serviços do altar, que dirigiam todo o ofício litúrgico ao longo das celebrações.

A Festa dos Loucos começava no início do ano novo abrindo os festejos do ano. Era também conhecida como a Festa dos Foliões e celebrada principalmente



na França. Os padres e os componentes do baixo clero vestiam trajes dos seus superiores, colocavam máscaras grotescas e imitavam os rituais da Igreja e da Corte. Elegia-se um príncipe da bagunça, um rei palhaço ou um bispo dos loucos para presidir os eventos e encenavam celebrações de missas e cantavam simultaneamente insinuantes modinhas (COX, 1974: 11).

Os costumes e convenções sociais, políticas e religiosas eram satirizados publicamente através das farsas e pantominas que caricaturavam o poder local.

As festividades prosseguiam com a Festa dos Tolos e do Asno, que eram teatros mascarados e igualmente ridicularizavam o clero. Terminavam com o carnaval, na quarta-feira de cinzas.

Todos esses ritos apresentavam profunda diferença de princípios em relação às cerimônias oficiais sérias da Igreja ou do Estado. Apresentavam uma visão de mundo não oficial, como um segundo mundo, ao qual os homens da Idade Média pertenciam em determinados períodos. “A consciência cultural da Idade Média e da civilização renascentista não poderia ser compreendida sem considerar a existência desses dois mundos” (BAKHTIN, 1987: 4-5).

Os homens medievais mediam o tempo pelas festas e, entre outras, o carnaval passado era lembrado durante todo o semestre, sendo esquecido pela preparação e espera da próxima festa, por todo o semestre seguinte (BURKE: 1989).

## A secularização do evento na Idade Moderna

Os últimos anos da Idade Média e Renascença foram marcados pelo incremento e apogeu das grandes feiras comerciais, espécie de mercados periódicos, que se estabeleciam em determinadas localidades, onde os mercadores realizavam um comércio internacional.

Geralmente aconteciam uma vez por ano e constituíam um grande acontecimento social muito prestigiado, com festas e competições. Muitas delas deram origem a cidades e são fatos que, já a partir da segunda metade da Idade Média prenunciavam a Idade Moderna.

Durante a realização delas, eram concedidos liberdades e privilégios especiais, as guerras eram suspensas a fim de assegurar a liberdade e prestigiar o movimento.

As feiras mais antigas e regulares datam de 427 d.C. e eram realizadas na França, na cidade de Champagne. Duravam até dois meses, eram freqüentadas pelos franceses, italianos e espanhóis abastados e promoviam grande movimento em toda a região.

No período compreendido na Idade Média, os mercadores pagavam pesados tributos ao clero e, posteriormente, aos nobres, para participar das feiras e ser protegidos carregados pelos caminhos, quando a elas se dirigiam.

Com o passar dos anos, multiplicaram-se por toda a Europa e as maiores eram realizadas na França, Alemanha e Itália; outras de menor expressão aconteciam na Turquia, Espanha, Inglaterra, Suíça e Áustria.

Em 1110 Paris inaugurou também as Feiras de St. Lazare e a de St. Germain. Em 1211 a Inglaterra inaugurou a Feira de Stourbridge, em 1463 surgiu a Feira de Lyon, em 1505 as de Rouen e Bordeaux, em 1595 a de Toulouse, em 1622 a de S. Lourenço, em 1628 a Alemanha inaugurou a Feira de Leipzig, a mais antiga e famosa do país e em 1689 realizou-se a primeira feira moderna de negócios em Leiden, Holanda.

O processo civilizatório da Europa serviu-se largamente dessas feiras, que foram também geradoras de grandes fontes de riquezas.

Com a revolução industrial, iniciada em meados do século XVIII, os eventos começaram a sofrer mudanças significativas sob o impacto de um fenômeno bastante estudado, o da secularização.

Podem-se distinguir duas acepções do termo secularização, uma radical e outra atenuada. No sentido radical, a secularização era a rejeição da religião organizada, “descristianização”. “No sentido atenuado, pode-se entender a secularização como o declínio na crença do sobrenatural, os medos e esperanças vistos de forma mais terrena, desapegados do sentido religioso e mais ligados ao político” (BURKE, 1989, p. 280).

De fato, a característica marcante que define a tendência da cultura na Idade Moderna é a visão racionalista do mundo, marca da sociedade cada vez mais burguesa e voltada para o capitalismo comercial e mercantil.

Não obstante a objeção da Igreja Católica, já bastante estudada, reticente em relação a todas as formas de acumulação de bens materiais, mormente as relacionadas ao ágio nos empréstimos (a usura). As monarquias nacionais impulsionavam o crescimento econômico, contando para tanto com a ameaça velada das doutrinas protestantes concorrentes que equiparavam riqueza material e espiritual, ao mesmo tempo em que desejavam confiscar os bens do clero.

A Igreja Protestante (mormente as vertentes calvinistas e puritanas), como os capitalistas nascentes, também era contrária ao riso e às brincadeiras, mas defendiam e procuravam conciliar o capitalismo com a fé. O produto do trabalho (a riqueza) passou a ser encarado como bênção divina.

O desconforto em relação à diversão persiste até os dias atuais em todas as doutrinas religiosas cristãs, tanto católicas como protestantes, pouco à vontade com a sociedade secular e leiga nascida na Idade Contemporânea e com o crescimento do lazer enquanto aspiração coletiva (CAMARGO, 2002, p. 29).

Os novos industriais e empresários eram contra as festas populares religiosas, posto que começavam a planejar e organizar eventos fechados com caráter de espetáculos, direcionados a turistas e demais participantes, todos pagantes.

Também os ideais literários e sociais formulados implicavam uma rejeição da cultura popular e crescente separação entre os eventos dos pobres e dos ricos.

A produção cultural deslocou-se do domínio da Igreja para o das pessoas comuns, passando assim pelo processo de secularização, ou laicização. A reforma religiosa ocorreu não apenas no contexto da Igreja, mas também no social, econômico e político.

O fosso entre as duas culturas ampliou-se gradativamente e os festejos populares passaram a ser vistos como acontecimentos exóticos e dignos de registro.

As culturas tradicionais resistiram. Paralelamente a essas transformações, já em meados do século XVII as danças e cantigas populares eram apreciadas por alguns intelectuais,

como se sentissem que precisavam de uma válvula de escape do universo intelectual cartesiano em que viviam. Era o não-científico, o fantástico e o espontâneo que os atraíam, dando-lhes prazer especial, que se tornou tão em moda no seguinte século XVIII juntamente com a noção de que os valores das pessoas comuns não deviam ser rejeitados (BURKE, 1989: 305,6).

Uma tentativa de resistir a esses novos tempos foram também os Jogos Olímpicos.

## O renascimento dos Jogos Olímpicos

No século XIX a Europa particularmente, iniciou a investigação física da história remotíssima, através da ciência da Arqueologia.

Em 1870 tiveram início extensas escavações na Grécia e descobriram-se rastros da existência de Tróia. Em 1875 foram achadas as ruínas de Olímpia.

Motivado pelo sucesso das escavações, Pierre de Fedi, o Barão de Coubertin, um francês apaixonado pelo esporte, professor diplomado em Pedagogia pela Escola Politécnica de Paris, decidiu estudar a história dos Jogos Olímpicos, pois considerava o esporte como um importante instrumento de educação. Concluiu que a Grécia atingiu sua Idade de Ouro em função dos esportes e do culto ao corpo.

Em 1894 o Barão de Coubertin convocou a Sorbonne representantes de quatorze países, com o objetivo de ressuscitar os Jogos Olímpicos. Em 1896 Atenas foi escolhida como sede das primeiras Olimpíadas da Era Moderna e o Barão passou a ser conhecido como o “Pai dos Jogos Olímpicos Modernos”.

Ele almejava que o esporte nascente (futebol, basquete, olimpíadas e atletismo eram modalidades recentemente criadas) preservasse o clima sagrado

devotado aos Jogos da Antiguidade, tentando com isso opor-se à exploração deles como *show-business*, no que se viu malogrado, pois foi o que acabou acontecendo.

Se, por um lado, um dos objetivos dos Jogos da Antiguidade, que era forjar a unidade entre as belicosas cidades-estados da Grécia, sobreviveu e permanece, até os dias atuais, uma espécie de comunhão entre atletas, que transcende os ressentimentos políticos e as lutas entre nações, por outro lado, não havia mais como se opor à tirania da lógica de mercado, cujos mecanismos são tão estudados em economia.

Surgem os eventos, estruturas de hospitalidade criadas para receber, às vezes hospedar, quase sempre alimentar e divertir convidados. Essa estrutura não é mais como as antigas montadas nos lugares santos. Aqui, as condições de atendimento às expectativas são mais garantidas, mas... pagas.

Os eventos tiveram nas Feiras Internacionais o seu primeiro modelo moderno, já dessacralizado e propondo-se a extrair lucro, para tanto se aliando, utilizando e exaltando, de braços dados com a técnica.

## O carnaval em New Orleans no século XIX

Os primeiros registros sobre a existência de comemorações carnavalescas na cidade de New Orleans, nos Estados Unidos da América, datam de 1823. Segundo os relatos, as manifestações aconteciam pelas ruas da cidade, com negros mascarados dançando, como em uma “Saturnal” da Roma antiga, a que os moradores denominavam de *A Grande Dança do Congo*.

Existia a figura central do *Rei do Velório* (não se sabe ao certo, mas acredita-se que tal denominação baseava-se nas antigas sociedades de sepultamento), que usava uma coroa em forma de pirâmide e trajes cerimoniais ornamentados com fitas e sinos, que emitiam sons durante os movimentos. A sua *performance* exigia dançarinos com dotes atléticos que provocassem admiração e tivessem um papel

de comando e liderança que não podiam exercer no cotidiano. Os demais participantes do ritual fantasiavam-se de “índios”, com elementos americanos misturados às tradições africanas.

Destaque-se que a cidade de New Orleans é culturalmente marcada pelas características dos primeiros colonizadores da Louisiana, os franceses, e hoje a língua falada predominante, o inglês, ainda rivaliza em importância com um dialeto francês utilizado na região e em algumas partes do Caribe (Haiti, Martinica, Guadalupe) e da América do Sul (Guiana Francesa).

New Orleans, na verdade, é o produto da interação cultural de três amplas áreas culturais – Europa Ocidental, o vale do Rio Mississipi (EUA) e a África Ocidental. “Desde que os colonizadores franceses estabeleceram em 1718 uma colônia no Novo Mundo com escravidão africana rodeada por indígenas, a Louisiana é multirracial e multicultural” (MITCHELL, 2002: 42, 43). Os africanos incorporaram em sua própria cultura influências da cultura européia do carnaval. A imigração caribenha reforçou esta influência, bem como outras diversas sociedades do Caribe por sua vez, importaram as tradições festivas de New Orleans.

Além da influência francesa, os alemães católicos e os espanhóis também trouxeram suas tradições carnavalescas. Os americanos que vieram para a cidade tinham precária noção a respeito da festa, visto que em sua maioria eram protestantes e viam-na como resquício das festividades pagãs; as tradições que trouxeram eram ligadas às festas de Natal e Ano Novo, de origem inglesa.

O carnaval de New Orleans sempre foi o palco para a demonstração das diferenças raciais e ao mesmo tempo período de miscigenação e supressão da separação legal que havia entre brancos e negros.

A mistura da herança africana com outras sociedades escravistas do Novo Mundo firmou suas próprias características e denominou-se de “tradição *afro-creole*. A simulação carnavalesca mais peculiar desta tradição era o ritual denominado *Kvore Duga*, em que foliões mascarados montados em cavalos de pau encenavam danças cômicas e lascivas. As suas contorções eram cerimoniais de integração, visto que unia os atores ao público.

Acredita-se que tais *performances* eram criadas para celebrar o culto religioso tradicional de seu país de origem (na África) e que o calendário festivo do carnaval era aproveitado para realizar suas obrigações religiosas e não como diversão.

Mesmo sem entenderem as manifestações negras, os brancos apreciavam muito os rituais, por curiosidade e diversão. Para compreender o carnaval de New Orleans, deve-se reconhecer que tais danças tinham significados diferentes para pessoas diferentes, visto que atingiam públicos plurais.

Após a Guerra Civil e a Proclamação da Emancipação, pelo então presidente Lincoln, em 01/01/1863 (liberação dos escravos que viviam em territórios em combate contra o governo federal), os brancos renovaram as tradições do carnaval, utilizando-as como um teatro de protesto.

O carnaval negro permaneceu como algo quase oculto dos observadores brancos. As danças dos “índios negros do Mardigrass”, em que os negros eram fantasiados de índios, perduram em New Orleans.

O carnaval de New Orleans apresenta diferenças básicas em relação à festa brasileira. O de lá é localizado, considerado uma especialidade daquela cidade e seu conteúdo ideológico é aristocrático. No Brasil, ele é uma festa generalizada que acontece em todo o país, com algumas pequenas disparidades regionais e, a festividade é marcada pela “ideologia do encontro e da comunhão, muito nítida no concurso desinibido dos sexos e das classes sociais” (DAMATTA, 1973, p. 163).

## O surgimento das grandes feiras internacionais

Feiras e exposições internacionais foram (e ainda são) acontecimentos planejados e organizados com objetivos específicos, que eram realizados em grandes espaços e atraíam um público espetacular, gerando significativos dividendos econômicos e sociais.

Entre as maiores e mais significativas, destacamos as seguintes:

- 1862 – Feira Internacional de Southkensington – Londres. Área: 18,61Has. duração: 5,7 meses. Público: 6 milhões. Expositores: 28.653.

- 1873 – Feira Internacional do Parque do Prater – Viena. Área: 100 Has. Duração: 6,2 meses. Público: 7,25 milhões. Expositores: 25.760. Países participantes: 35. Tema: 25º aniversário da coroação do Kaiser Franz Joseph.
- 1876 – local: Fairmount Park, Filadélfia, EUA. Duração 6 meses. Público: 10,165 milhões. Expositores: 60.000. Países participantes: 50. Tema: Centenário de Independência dos EUA. Atração principal: Independence Hall.
- 1889 – local: Champs de Mars, Paris. Área: 96Has. Duração: 5,7 meses. Público: 33 milhões. Expositores: 61.722. Tema: Centenário da Revolução Francesa. Atração Principal: Torre Eiffel e Galeria das Máquinas. Também foi mostrado o fonógrafo de Thomas Edison.
- 1893 – local: Jackson Park EUA. Área: 277 Has. Duração: 6,1 meses. Público: 27 milhões. Tema: 400 Anos do Descobrimento da América. Atração principal: White City e Roda Gigante (Ferris Wheel).
- 1926 – local: League Island, Filadélfia. EUA. Área: 182 Has. Público: 6 milhões. Tema: 150 Anos da Independência dos EUA.

Seria por acaso que Walter Disney tenha declarado que a inspiração para os seus trabalhos tenha advindo exatamente do impacto provocado em seu espírito pela Exposição Internacional de Filadélfia, em 1926?

## **A banalização do carnaval contemporâneo**

No início da era industrial, começou-se a esboçar um novo modelo de carnaval com características próprias. A mudança mais notória foi a criação de festas (e de carnaval) de ricos e de pobres, desta feita sem inversão. O carnaval dos pobres subsistiu nas ruas e o dos ricos foi para os salões.

No século XX, as duas Guerras Mundiais trouxeram significativas mudanças filosóficas, estéticas e morais em nível mundial. Tais mudanças envolveram também o carnaval. A festa deixou de ser uma constante nas cidades do Ocidente.



Algumas poucas cidades (e os exemplos de Nice, Veneza e, mais recentemente, nas cidades brasileiras) passaram a ostentar no seu calendário a simples realização da festa. De evento popular sem uma forma artística de espetáculo teatral, mas com a forma da própria vida, a festa transformou-se definitivamente em espetáculo, uma atração turística, através de desfiles paramentados, hoje a sua máxima expressão, ou seja, a imagem agindo sobre o social.

A revolução tecnológica, a transformação radical dos costumes da sociedade pós-moderna, a liberação sexual e a civilização do lazer transformaram a esperada festa anual numa sucessão de “carnavais” que acontecem em todos os feriados prolongados e finais de semana das cidades, nos bares, discotecas, boates e as mais diversas formas de lazer noturno.

“Hoje, as boas festas invariavelmente terminam em carnaval” (CAMARGO, 2002, p. 30). Muitas pessoas esperam o período do carnaval para viajar, procurando não as loucuras e as inversões, mas sim a paz e a tranquilidade, como contraponto de seu louco cotidiano.

A sociedade atual privilegia o lúdico e a ironia, como forma de rejeição à ordem preestabelecida. A inversão dos atores sociais e o tratamento irônico ao uso do poder pela autoridade, fazem parte de um cotidiano tipicamente carnavalesco, mas divergem do vitalismo e da celebração da vida.

A ambivalência cultural de nossos dias, mostra a repressão da sociedade, oriunda do domínio da mídia e dos computadores. A sociedade, contudo, se liberta dela ao gerar uma cumplicidade inesperada e inédita com a tecnologia.

“As sociedades derivam para uma desordem de paixões e o sentido orgiástico penetra em todas as instâncias da vida social, regulando inclusive a ética e a estética das relações. Em última instância, trata-se da carnavalesco do cotidiano, em que o carnaval, propriamente dito, generaliza-se por secularização” (MAFFESOLI, apud ARAUJO, 2003, p. 48).

Em resumo, a sociedade pós-moderna está caminhando gradativamente para uma *cultura carnavalesca*, na qual o eventual (de evento) transforma-se em habitual.

O carnaval continua exercendo o papel de contraponto com a vida cotidiana, mas não mais na forma paroxística de evento anual e sim pelas suas inúmeras inserções e marcas deixadas em outros eventos ao longo do ano.

## Referências bibliográficas

ARAÚJO, Hiram. *Carnaval: seis milênios de história*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2. ed., 2003.

AUGÉ, Marc. *Não lugares*. Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1987.

BURKE, Peter. *A cultura popular na Idade Moderna – Europa, 1500-1800*. São Paulo: Schwarcz, 1989.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima Camargo. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.

COX, Harvey. *A festa dos foliões*. Petrópolis: Vozes, 1974.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 2001.

HEERS, Jacques. *Festa de loucos e carnavais*. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

MITCHELL, Reid. Significando: Carnaval Afro-Creole em New Orleans no Século XIX e início do XX. In: CUNHA, Maria C.P. (Org.). *Carnavais e outras festas*. Ensaios de história social da cultura. Campinas-SP: Unicamp, 2002.

QUEIROZ DE, Maria Isaura Pereira. *Carnaval brasileiro*. O vivido e o mito. São Paulo: Brasiliense, 1992.

RIBEIRO, Josiane. *A festa popular, lugar da transgressão*. [online]. Disponível em: <[www.contraacorrente.hpg.ig.com.br](http://www.contraacorrente.hpg.ig.com.br)>. Acesso em: 6 jan. 2003.

SEBE, José Carlos. *Carnaval, carnavais*. São Paulo: Ática, 1986.

 pdfelement

# TRABALHO E LAZER

## WORK AND LEISURE

### Introdução

**C**om o desenvolvimento científico-tecnológico nas empresas e o aumento crescente das conquistas sindicais, imaginou-se que, ao término do século XX, as pessoas trabalhariam cada vez menos e teriam um tempo maior para o lazer. Entretanto, o que vemos são pessoas trabalhando cada vez mais, dispendo de menos tempo para o lazer e vivendo cansadas e estressadas. Isso ocorre tanto nos países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento.

O número de horas trabalhadas vem aumentando apesar da diminuição dos anos de trabalho, devido, entre outros fatores, ao aumento da expectativa de vida nos países industrializados. O brasileiro chega ao fim do século XX dedicando 15% de sua vida ao trabalho, o que significa 50% menos que no início do século quando a expectativa de vida era de 34 anos. As estimativas indicam que em 2010 o brasileiro viverá 82 anos em média e dedicará 12% de sua vida ao trabalho. Dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que a média de horas trabalhadas passou de 39 horas, no início da década de 1990, para 41 horas por semana no final da mesma década. Outro dado é que 71% da população brasileira ativa economicamente (PEÃ), trabalham mais de 40 horas por semana, sendo que para 39% da população a jornada é de no mínimo 45 horas. A instituição americana *International Stress Management Association* concluiu em abril de 2002 um dos maiores estudos sobre o estresse no trabalho. Foram ouvidos 1000 executivos de vários países. Os executivos brasileiros lideram o ranking dos que dedicam mais horas ao trabalho – 54 horas semanais contra a média mundial de 41 horas. Como explicar as conquistas do século XX, de redução da jornada de trabalho, com boa parte da população trabalhando cada vez mais?

A explicação, podemos dizer, está na redução do número de empregos, no próprio desemprego e no medo dele.

Com a globalização econômica, a competição entre as empresas tornou-se acirrada, obrigando-as a atingir melhores resultados com o menor custo possível, reduzindo o número de trabalhadores. Dessa maneira, quem conseguiu manter seu emprego passou a trabalhar mais; tanto pelo excesso de coisas a fazer como também para não perder seu lugar no mercado.

É fato que trabalhamos muito menos hoje do que no tempo da Revolução Industrial. Na Inglaterra logo após a industrialização, era comum o trabalhador trabalhar 60 horas por semana sem descanso remunerado. No início do século XX, com a atuação dos movimentos sindicais, tendo como objetivo a redução da jornada de trabalho, estabeleceu-se nos EUA e depois na Inglaterra a jornada de

40 horas. No Brasil, implantou-se na Constituição de 1988 o teto de 44 horas de trabalho por semana. É nessa época que se imaginava um futuro de ganhos superiores com menos trabalho.

Com a sofisticação tecnológica que permitiu o aumento da produtividade, diminuíram de fato alguns serviços, mas aumentaram outros. Hoje, a pressão é muito maior do que há vinte anos. Da década de 1980 para cá, as grandes empresas sofreram profundas mudanças em suas estruturas. Elas estão menos verticalizadas, divididas em unidades operacionais e sua hierarquia é pulverizada. A jornada de trabalho na sociedade moderna é determinada por condições impostas pelas organizações.

## O trabalho

A sociedade moderna estruturou-se a partir do trabalho. Fomos educados e aprendemos a viver em função dele e as pessoas têm sido avaliadas por seu valor no mercado de trabalho. A industrialização desenvolveu valores capitalistas como o sucesso, o lucro e a produtividade. A racionalidade instrumental predominou em todas as relações e o trabalho acaba por perder seu valor humano em detrimento de seu valor econômico.

Se antes ele era percebido como um incentivo à realização pessoal, hoje o trabalho é visto como um “mal necessário”. Não existe vontade de trabalhar e a rotina diária já não traz satisfações positivas. Apenas uma pequena parcela o vê com alegria; evidentemente não se trata do “fim do trabalho”, pois não existe e não se pode vislumbrar uma sociedade sem trabalho. Entretanto, todos encontram motivos para trabalhar muito. Não é só o esforço para sustentar o emprego que obriga a trabalhar tanto: ganhar pouco força a se trabalhar mais. A baixa qualificação da maioria dos trabalhadores brasileiros é um dos fatores determinantes para que se trabalhe muito porque se ganha e produz pouco; os qualificados trabalham mais porque podem e ganham pelo tanto que produzem. Portanto, ganhar

mais passa a ser motivação à medida que, ao se sobressair na profissão, novas oportunidades surgirão. Nessa nova cultura de muito trabalho e muito dinheiro, não se pode esquecer o consumo, um fator amplamente reforçado. Esse constitui “um mundo”, um universo de significação capaz de modelar as práticas cotidianas. Nele os indivíduos se reconhecem uns aos outros, constroem suas identidades, imagens trocadas e reconfirmadas pela interação social. A construção da identidade faz-se por meio da apropriação dos bens de consumo, dos estilos de vida, da multiplicidade de objetos propiciando uma diversidade de escolhas e da afirmação pessoal. As pessoas também trabalham mais para poder comprar mais. A relação homem versus trabalho não é tão simples. Existe entre eles a influência de todos os outros fatores aos quais homens e trabalho estão relacionados (pressão social, necessidade material, regra moral ou necessidades psicológicas).

O trabalho na sociedade moderna determina a forma de viver, o uso do tempo e o desgaste que ele impõe, além da oportunidade de se desenvolver. O trabalho tem um sentido para cada indivíduo e o número de horas trabalhadas e sua distribuição no ciclo da vida constituem aspectos importantes em como se sente, se diverte e como sofre. No entanto, há aspectos positivos que o trabalho nos possibilita: os relacionamentos, a troca de experiência, a remuneração econômica, a ocupação do tempo que permite que sintamos um certo valor, prestígio, poder ou somente uma identidade social.

## Lazer

Até o início da era industrial, o lazer era privilégio exclusivo das classes dominantes. Para as classes desfavorecidas, era uma conquista política; um contraponto à labuta diária da fábrica. Com o progresso dos meios de produção, pensava-se que uma crescente parcela da população pertencente às sociedades desenvolvidas chegaria ao desejável estado de lazer, enquanto as horas trabalhadas diminuiriam para o restante da população continuamente. O lazer, na vida social

do homem, torna-se importante a partir do século XIX, na “sociedade industrial”, com o primeiro manifesto a favor do tempo livre dos operários denominado “O direito à preguiça”, publicado em 1880 por Lafargue.

A palavra lazer aparece no cotidiano com uma frequência cada vez maior. No entanto, é importante considerar que o lazer é quase sempre revestido de preconceitos, motivados por um caráter supérfluo dessa atividade.

Lazer e tempo livre habitam em dois mundos diferentes. Qualquer um pode ter tempo livre, nem todos podem ter lazer. Tempo livre refere-se a uma maneira de calcular um tipo especial de tempo. Lazer refere-se a um estado do ser, uma condição do homem, é um ideal, não apenas uma idéia. No tempo livre pode situar-se o tempo de lazer quando as atividades assumidas são realizadas por uma escolha pessoal, desligada de outros compromissos. O lazer é um tipo de atividade dirigida para a auto-realização ou auto-expressão para a qual o indivíduo se volta por vontade própria.

Dumazedier (2001, p. 34) esclarece que:

“O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, divertir-se, recrear-se e entreter-se, seja para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após suas obrigações profissionais, familiares e sociais”.

Ou seja, um espaço de fruição individual. Esse tempo disponível não é o resultado de uma decisão do indivíduo; é, primeiramente, o resultado de uma evolução da economia e da sociedade. É um novo valor social da pessoa, que se traduz por um novo direito social, o direito de dispor de um tempo cuja finalidade é, antes, a auto-satisfação. A partir de 1960, Dumazedier distingue quatro períodos de lazer: o lazer do fim do dia, o do fim de semana, o do fim do ano (férias) e o do fim da vida (aposentadoria) e afirma que existem três tipos de tempo: tempo do trabalho, dedicado a uma ocupação profissional lucrativa; tempo liberado, não



totalmente livre por ser utilizado para compromissos familiares e sociais; e o tempo livre, para ser utilizado em quaisquer interesses do indivíduo, menos aqueles aos quais têm a obrigatoriedade de atender por seu papel social.

Para algumas pessoas, lazer é futebol, para outras, pintura ou pescaria, porém, para o jogador profissional, para o pintor ou para o pescador que dependem da sua produção para sobreviver, isso não é lazer. Além do que, aquilo que para alguns pode ser prazeroso, para outros significa tédio.

Sempre há uma tendência em fazer julgamentos quanto à qualidade do lazer. Praticar esportes é melhor que ler um bom livro e assim por diante, mas a verdadeira questão deveria ser se de fato a pessoa conseguirá ou não obter um tipo de vida mais rica, com mais sentido e equilíbrio.

No passado, o lazer era uma atividade que pertencia à elite, que podia dedicar suas vidas à música, à dança, ao desenvolvimento cultural e à contemplação. Para as massas, havia o lazer organizado, social e institucionalmente, para que os objetivos sociais desejáveis fossem alcançados. Essa recreação tinha como fim revitalizar aqueles que tinham que trabalhar, para recuperar as forças emocionais, físicas e espirituais e então retornar ao trabalho. Muitos dos sentimentos que se tem hoje sobre o lazer são influenciados por esses fatores históricos. Dumazedier alerta para que se evite confusão entre os conceitos de recreação e lazer. O conceito de recreação foi criado nos Estados Unidos em fins do século XIX. O conceito de lazer também é proveniente dos EUA, porém surgiu em outra época. Na Europa, o conceito de lazer sempre predominou sobre o conceito de recreação. O lazer é muito mais amplo do que a recreação e a denominação começa a se firmar a partir de 1950, com as profundas mudanças nas sociedades dos países desenvolvidos.

É pensamento comum que lazer é fazer alguma coisa. Essa “alguma coisa” pode ser algo tranqüilo como tomar sol, caminhar pelo parque, deitar em uma rede, ou pode ser algo ativo, atlético, social, mas não deixa de ser uma atividade. Entre essas atividades, Dumazedier difere quatro tipos: trabalho remunerado, obrigações familiares, deveres sócio-religiosos e atividades orientadas para a auto-realização ou auto-expressão. Esse último tipo de atividade é lazer. De

acordo com o autor, lazer é atividade realizada com um propósito. É fazer alguma coisa por escolha. O seu propósito tem que estar relacionado com a expressão, diversão ou desenvolvimento pessoal. Ele exclui a satisfação das expectativas sociais da família, amigos, Estados ou Igreja. Há um sistema de caracteres específicos do lazer. Caráter liberatório: o lazer é a liberação de um certo gênero de obrigações, impostas por instituições da própria sociedade (instituições profissionais, escolares, familiares, sociopolíticas, etc.). Assim como todos os fatos sociais, o lazer está também submetido aos determinismos da sociedade. Caráter desinteressado: o lazer não está submetido a fins lucrativos, utilitários e ideológicos. O jogo, as atividades físicas, artísticas, intelectuais ou sociais não se acham a serviço de fim material ou social algum. Caráter hedonístico: o lazer é marcado pela busca de um estado de satisfação e é um dos seus traços fundamentais na sociedade moderna e, quando este estado de satisfação cessa, não mais proporcionando alegria, torna-se um lazer empobrecido. Caráter pessoal: o lazer oferece ao indivíduo as possibilidades de se libertar das fadigas físicas ou nervosas, oferece a possibilidade de a pessoa libertar-se do tédio cotidiano, abrindo um universo real ou imaginário permitindo também que cada um saia das rotinas e estereótipos, liberando seu poder criador.

Atividade nenhuma pode sempre ser considerado lazer por sua forma. Sob certas condições tudo pode se tornar obrigação. Não é a atividade em si que a torna lazer, mas a qualidade da experiência ao ser executada.

De uma forma ampla, a palavra lazer é percebida e relacionada às atividades recreativas, como: férias, repouso, fins de semana, passeios, esportes, espetáculos, televisão, teatro, bares, etc. São os valores mais associados ao lazer, na verdade, reforçados pela mídia, que nos transmite uma visão limitada das atividades de lazer. Descanso e divertimento são possibilidades abertas nas atividades de lazer. Mas algo que pouco se percebe e que ocorre nestas atividades é a possibilidade de desenvolvimento pessoal e social. São momentos espontâneos e privilegiados que

permitem uma participação social maior e mais livre, a prática de uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão, além da formação técnica.

Essas possibilidades que o lazer oferece são utilizadas muitas vezes de forma errônea, estimulada por modismos, por promover a ilusão de *status* social mais elevado, como fuga do cotidiano, simples consumo ou para vislumbrar no lazer o ideal de felicidade, passando a idéia de que todos os problemas pessoais ou sociais estarão resolvidos, ou melhor, “compensados” por essas possibilidades, não visualizando a oportunidade de escolha pelo indivíduo e o seu caráter desinteressado. Não se pode buscar um “sentido” para a vida em um fim de semana ou em uma viagem, embora sejam ocasiões para se ter a possibilidade de felicidade e de recuperação das forças necessárias para o cotidiano.

Como a redução do tempo de trabalho não ocorreu simplesmente em nome de um tempo livre ou por objetivos humanistas, mas em função de uma lógica produtivista que supõe a extensão de um tempo disponível para o consumo de massa, a problemática do lazer está indissociável desta sociedade de consumo. A concepção do lazer é objetivada em atividades que supõem um consumo. Não se fala mais em lazer (tempo), e sim em lazeres (consumo). Nunca estivemos tão fascinados pela tecnologia e tão dependentes do conforto, da segurança e do poder oferecidos por ela. Até porque ela nunca foi tão visível e onipresente. Fazemos parte de um mundo deslumbrado com seus avanços. Nossas conversas deixaram de esbarrar nas fronteiras do tempo e do espaço graças ao e-mail. Trabalhamos em qualquer lugar, a qualquer hora. Podemos estudar, investir, divertir, comprar, consultar médicos, namorar, fazer sexo tudo pela rede mundial de computadores. Máquinas cada vez mais modernas e potentes nos seduzem com o sonho da libertação do trabalho e com a possibilidade de tempo – essa preciosidade do mundo moderno – para fazer o que realmente nos dê satisfação. O homem contemporâneo deslocou sua expectativa de vida para um espaço imaginário, onírico, cuja materialidade se concretiza em atividades como viajar, sair de férias, ir ao shopping, passear, etc.

Para De Masi (1998) a sociedade pós-industrial está voltada à produção de bens imateriais em grande escala, ou seja, à produção de serviços, de informação, de estética, de símbolos e de valores. O poder está passando das mãos dos proprietários dos meios de produção às mãos dos produtores de bens imateriais. A indústria do lazer prepara-se para crescer, transformando o lazer em mercadoria, fazendo o grande papel de amiga e conselheira. Apodera-se do nosso tempo livre, oferecendo não apenas satisfações, mas também criando expectativas e desejos correspondentes. Nas palavras de De Masi (1998):

“A necessidade de lazer hoje é sobretudo criada pela sociedade e marcada pelo cotidiano. Os indivíduos sentem a necessidade de se desfazer, mesmo que temporariamente, da rotina massificante do dia-a-dia do trabalho, da moradia e do lazer. O ser humano sente a fria racionalidade das fábricas, dos escritórios, dos imóveis residenciais, o empobrecimento das relações humanas, a repressão dos sentimentos, a degradação da natureza e a perda da naturalidade. Isto gera o estresse, o esgotamento físico e psíquico, o vazio interior e o tédio. Para acharmos uma compensação a sociedade coloca à nossa disposição a indústria do lazer”.

Para Dumazedier, deve-se considerar o lazer como um objeto específico e autônomo. Ele não é uma somatória das “atividades fora do trabalho”; ele tem sua própria dinâmica, seus níveis de representação específica e uma lógica própria de criação de novos valores. O lazer para ele está longe de constituir um fator de equilíbrio, se estiver relacionado com tarefas parceladas e repetidas. Seria ilusório recorrer unicamente a atividades espontâneas para compensar a pobreza das tarefas de execução.

“Se o próprio lazer passa a constituir um dos fatores de adaptação do trabalho ao homem, teremos mais uma vez de pensar sobre a direção que tomará o trabalho humano” (Dumazedier, 2001, p. 102).

“O lazer constitui um fato social de alta importância, condicionado pelo tipo de trabalho que por sua vez exerce sua influência sobre ele. Ambos formam um todo” (Dumazedier, 2001, p. 110).

“O lazer que não passar de uma simples evasão do trabalho, será uma falsa solução dos problemas da civilização industrial” (Dumazedier, 2001, p. 110).

As atividades de lazer devem procurar atender ao indivíduo em sua totalidade, mas esse mesmo indivíduo deve estar estimulado a conhecer as possibilidades que o lazer oferece e a participar, recebendo para isso uma orientação que permita a sua ação. Porém, a indústria cultural, na forma como está se desenvolvendo, favorecida pelas barreiras socioeconômicas e pelo precário nível educacional das massas, deixa a desejar. As decisões são tomadas visando à rentabilidade financeira e ao consumo imediato. É uma repetição cansativa de temas, ritmos, estilos e estrutura. Ao grande público resta a pobreza de conteúdos culturais, principalmente nos mais consumidos, como os programas de televisão, a música, as novelas e os próprios livros tidos como *best sellers*.

Os indivíduos, quando optam por suas atividades de lazer, o fazem na modalidade específica, baseados em seus interesses. Fazem por não terem contato com outros conteúdos. A escolha, a opção está ligada ao conhecimento das alternativas que o lazer oferece. A classe social, o nível de instrução, a faixa etária, o sexo e o acesso ao espaço são fatores que influem, restringindo tanto a quantidade como a qualidade do acesso à produção cultural.

## O problema a ser enfrentado

Nas sociedades atuais do início do século XXI, caracterizadas pelo agrupamento de países em blocos econômicos e pela conseqüente globalização da economia, coexistem desde nações com níveis de qualidade de vida excelentes até nações completamente marginalizadas do desenvolvimento e das relações comerciais internacionais. Entre esses dois extremos estão os países desenvolvidos e os novos países industrializados, todos com variados graus de problemas internos como rivalidades étnicas, desemprego, violência urbana, etc. Há também os paí-

ses em desenvolvimento, como o Brasil, por exemplo, que sobrevivem com contradições internas e desesperadas tentativas de conseguir alcançar patamares de desenvolvimento parecidos aos do primeiro mundo. O Brasil é o contraste entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, riqueza e miséria. O mundo tornou-se mais diversificado e fragmentado em contradições, e nada sugere que possa mudar a curto prazo.

Em meio a toda essa problemática (novas tecnologias, a educação em um mundo que se transforma rapidamente e suas relações com a tecnologia de ponta, as concepções de espaço e tempo relacionadas ao turismo de massa, etc.), incluem-se novos fenômenos como a multiplicação das possibilidades de lazer e entretenimento e o crescimento do turismo na maior parte do mundo. O lazer e o turismo desdobram-se em novas e melhores possibilidades de prazer, lucros e projetos e seu potencial econômico é impressionante.

Se as sociedades atuais são tão complexas e dinâmicas, se as novas tecnologias tornam quase tudo obsoleto em curto espaço de tempo, se surgem novas possibilidades para antigas profissões e novas para mercados antes inexistentes, se o turismo e suas áreas afins (hotelaria, transportes, lazer, alimentos e bebidas) enquadram-se nessas “novas profissões”, especificamente do setor terciário, como trabalhar essas contradições do mundo atual para preparar os novos profissionais? O sentido e o significado da realidade do lazer e do turismo não podem ficar restritos aos interesses limitados, particulares e relativos ao mercado.

## Considerações finais

Com o desenvolvimento da tecnologia, o progresso organizacional e a globalização, o homem não se liberou de sua jornada de trabalho, mas tornou-se coprodutor de um sistema de consumo cujo efeito é devastador. O ato de trabalhar transformou-se numa tarefa penosa e separada do resto da vida. A necessidade e a alienação do trabalho é que transformaram essa tarefa. A alienação significa que as

horas mais ativas de uma vida são utilizadas na forma de sacrifício para ganhar dinheiro. Essa alienação provoca tédio e frustração do poder criativo. Quanto mais tediosa essa tarefa-trabalho mais necessários serão os mecanismos excitantes oferecidos pela indústria do lazer. Ela traz tudo o que há de melhor na vida, todos os desejos e objetivos sonhados.

Para a maioria das pessoas, o final do dia de trabalho é o momento de rara felicidade. Partem para o lazer e o consumo muitas vezes compulsivamente, estimuladas pelos modismos ou pela ilusão de *status* social mais elevado. Enxergam o lazer como finalidade da existência e ideal de uma vida, no qual os problemas pessoais e sociais estão resolvidos em um passe de mágica. O divertimento vazio do indivíduo está baseado em seu próprio vazio, que nunca conseguirá ser preenchido.

Para o homem moderno, trabalhar significa ganhar dinheiro e o lazer significa gastá-lo. Temos hoje, no mundo moderno, uma apropriação do lazer pelas organizações capitalistas que o transformam em atividades visando tão-somente o lucro. O indivíduo é levado a consumir lazeres de acordo com a oferta do negócio do tempo livre e seu momento de liberdade de escolha e seu caráter desinteressado passam a ser organizados e dirigidos pelo próprio capital que impossibilita a realização destas liberdades.

Tendo em vista os conteúdos do lazer, o ideal seria que cada indivíduo buscasse atividades em vários grupos de interesse, exercitando em seu tempo livre o corpo, a imaginação, a habilidade manual, o relacionamento social e o contato com outros costumes, quando, onde, com quem e da maneira que quisesse. Para que o lazer tenha um valor positivo, deve ser entendido como uma forma de integração social e permanente desenvolvimento pessoal com inevitáveis repercussões positivas sobre a vida social.

Os programas de atividades de lazer devem atender às pessoas em todos os seus aspectos, estimulando-as a participar, conhecer as várias possibilidades e orientá-las para o conhecimento de suas opções.

Nas “sociedades desenvolvidas”, o lazer ainda não está integrado aos sistemas de pensamento que orientam as reflexões intelectuais e políticas. Torna-se necessário um trabalho educativo na sociedade para que o indivíduo chegue ao status de cidadão atuante, não manipulado e que busque seu autoconhecimento e seus direitos ao trabalho e ao lazer constantemente.

A chave da humanização do lazer é o novo ser humano, um ser que se encontrou e que se conscientizou de sua flexibilidade, que aprendeu a se olhar, que cumpriu uma espécie de viagem interior adquirindo sabedoria. A humanização do trabalho pelos valores do lazer é inseparável da humanização do lazer determinada pelos valores do trabalho.

## Bibliografia

- ADORNO, T.W. *Palavras e sinais, modelos críticos* 2. Petrópolis, Vozes, 1995.
- ALVES, F.J. *O lazer como instrumento de cidadania e de melhoria da qualidade de vida*. Artigo PUC Campinas.
- BUCHALLA, A.P. “É uma tensão danada”. Artigo de saúde Revista *Veja* de 24 de abril de 2002.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo, Perspectiva, 2001.
- DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo, Perspectiva, 2001.
- DE MASI, D. *5º Congresso mundial de lazer*. São Paulo, SESC, 1998.
- KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo*. São Paulo, Aleph, 2000.
- KUJAWSKI, M.G. *A sociedade do lazer e seu profeta*. São Paulo, entrevista no Programa Roda Viva em 4 de janeiro de 1999.
- MARCELLINO, N.C. *Lazer e humanização*. São Paulo, Papirus.
- NEWMANN, D. “Perspectiva para o século XXI”. São Paulo, Jornal *O Estado de São Paulo*, 1 de janeiro de 2000.



NUNES, D.S. *Gerenciamento do lazer*. O Desafio do Novo Milênio.

OLIVEIRA, M. *Lazer, trabalho e tempo livre*.

ORTIZ, R. *O Próximo e o distante*. Japão e Modernidade-Mundo. São Paulo, Brasiliense, 2000.

TRIGO, L.G.G. *A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo*. São Paulo, Papi-rus, 2000.

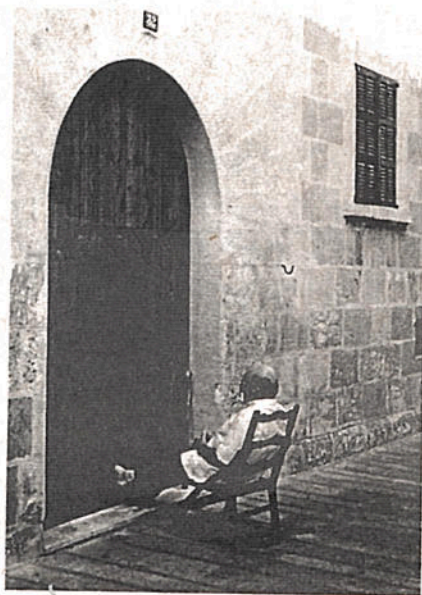
 pdfelement

Revista

# HOSPITALIDADE

Ano I, número 1 – 2º semestre 2004

METODOLOGIAS



Doutorado, Mestrado e Bacharelado em História, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coordenadora e Professora do Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi e responsável pelas disciplinas da Turismo e Patrimônio Cultural e História e Hospitalidade.

# Nosso Patrimônio Cultural: uma Metodologia de Pesquisa

Our cultural heritage: a research methodology

## Revisitando o patrimônio cultural e a prática preservacionista em São Paulo

**A**s primeiras iniciativas referentes à permanência e à conservação do patrimônio remontam ao século XVIII. Por meio de um alvará o rei Dom João V determinou a realização de um inventário, a fim de identificar o patrimônio edificado existente em Portugal, evitando assim sua desfiguração ou destruição.<sup>1</sup> Por sua vez, a Inglaterra encontrava-se às voltas com uma discussão conceitual sobre os

1 O alvará foi editado em 1721.

procedimentos técnicos a serem adotados na restauração de imóveis históricos. O marco da preocupação francesa com os monumentos históricos pode ser situado em 1837, quando os remanescentes da Antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e castelos passam a ser estudados pela primeira Comissão dos Monumentos Históricos<sup>2</sup>.

A política internacional de preservação, que se propôs a unificar conceitos e critérios comuns na defesa do patrimônio, só foi possível após o término da Primeira Guerra Mundial, dada a necessidade de recuperação das edificações comprometidas durante as batalhas. Essa preocupação motivou os profissionais ligados à área de preservação a realizarem a Primeira Conferência Internacional para a Conservação de Monumentos Históricos.<sup>3</sup> O documento resultante da Conferência ficou conhecido como Carta de Atenas e constitui um marco na definição de diretrizes para a questão de reconstrução de edificações deterioradas. Seguiram-se outras reuniões internacionais, das quais se destacam as decisões de considerar as obras monumentais de cada povo como um patrimônio comum da humanidade, bem como a necessidade de delegar a responsabilidade pela preservação do patrimônio histórico aos poderes locais.

As cartas internacionais contemplam amplas questões acerca da preservação e restauração do patrimônio mundial, tendo influenciado as iniciativas preservacionistas brasileiras.

A necessidade de preservar o patrimônio histórico-arquitetônico no Brasil se intensifica na década de 1910. Em meio às remodelações urbanas influenciadas pelo ideário europeu<sup>4</sup>, manifestava-se um movimento de valorização da cultura nacional e propostas de proteção de bens culturais, antecedendo o espírito da Semana de Arte Moderna.<sup>5</sup>

---

2 CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp/Estação Liberdade, 2001, p. 12.

3 A conferência ocorreu em Atenas, em 1931.

4 O estilo arquitetônico predominante no Brasil, naquele momento, era o ecletismo, caracterizava-se pela mescla de estilos, com nítida valorização do neoclassicismo.

Valoriza-se o patrimônio como uma representação material da nação. Estilos arquitetônicos são revistos a fim de recuperar a arquitetura de caráter nacional, em nítida oposição ao estilo predominante: o ecletismo. Em meio a esse movimento, nosso patrimônio passa a ser carregado de simbolismo, materializando elementos da memória nacional. Instituições com funções nitidamente educacionais, tais como museus e monumentos históricos, são criadas por iniciativa do estado brasileiro.<sup>6</sup>

Coincidindo com esse espírito organizam-se as comemorações do Centenário da Independência do Brasil. Para valorizar o fato histórico é realizado um concurso público internacional destinado a estabelecer no logradouro do Ipiranga um monumento. Vitorioso é o projeto de Ettore Ximenes que se distingue dos demais por conter a representação do quadro de Pedro Américo em sua estrutura.

Criado em 1937, nosso primeiro órgão federal de proteção do patrimônio, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>7</sup>, segue a tendência internacional: adota um conceito tradicional de patrimônio, com ênfase aos aspectos históricos e artísticos, bem como a valorização do monumento histórico. Sua trajetória é marcada pela valorização da arquitetura tradicional brasileira, ou seja, sua prática preservacionista protegeu bens característicos da história da arquitetura brasileira.

Essa concepção reduziu o alcance da política preservacionista federal, predominando tombamentos de edificações de interesse histórico, exemplares de técnicas construtivas de séculos anteriores, a partir de uma nítida separação entre erudito e popular, em detrimento à preservação e ao estudo de bens de caráter popular. Acrescente-se a isso o fato de muitos bens terem sido contemplados de forma

---

5 O estilo *Neo Colonial* foi apresentado enquanto solução arquitetônica para substituir o ecletismo. A mentalidade do período caracteriza-se pela valorização da cultura nacional, do nosso passado, em detrimento à simples importação estilos, tendência que se intensificaria com a Semana de Arte Moderna de 1922, nas artes em geral.

6 RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado. A instituição do patrimônio em São Paulo (1969-1987)*. São Paulo: Unesp, 2000, p.23.

7 Lei federal nº 378 de 13/1/1937 e decreto-lei nº 25, de 30/11/1937.

isolada, desprezando-se o contexto nos quais se inscreviam, bem como a organicidade existente entre as edificações e os logradouros.<sup>8</sup>

Apenas em meados dos anos setenta, que bens e manifestações populares, culturais e artísticas passaram a ser estudadas pelo IPHAN.<sup>9</sup> Isso se deve à mundialização dos valores e referências internacionais da noção de patrimônio, a partir da criação do conceito “patrimônio cultural da humanidade”, pela Unesco<sup>10</sup> Valorizaram-se, então, os bens culturais não-consagrados, expressões e fazeres das classes populares, cujos elementos conferem particularidades à nação.<sup>11</sup> Buscou-se, ainda, analisar os bens integrados aos seus sistemas, relacionando-os ao seu habitat, sem os tratar como obras autônomas, atentos às transformações cotidianas.

Os anos sessenta foram marcados pela valorização econômica do patrimônio. Disposto a incrementar a atividade turística brasileira, o governo Castelo Branco estabeleceu condições propícias para a criação dos órgãos de proteção do patrimônio paulista, nas instâncias estadual e municipal.

Em 1968 é organizado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico – Condephaat, que tem, na sua origem, uma noção de patrimônio marcada pelo culto cívico ao passado. Nota-se ainda a ênfase em potencializar o patrimônio enquanto produto de consumo cultural, incrementando, assim, o turismo.

Para tratar as questões municipais ligadas a preservação da cidade de São Paulo, foi criada a Coordenadoria Geral de Planejamento – COGEP, hoje transformada em Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA. Inicialmente

---

8 PIRES, Mário Jorge. Levantamento de atrativos históricos em Turismo – uma proposta metodológica. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas e MILONE, Paulo César (Orgs.). *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

9 Ocorre uma alteração da denominação do órgão neste momento, passando a chamar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

10 A categoria foi criada na Conferência Geral de Genebra, em 1972, pela Unesco.

11 MARIANI, Alayde. A memória popular no registro do patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n° 28, 1999.

implementou um levantamento de bens significativos da área central, seguido por uma lei destinada a protegê-los.<sup>12</sup> Para inventariar, documentar, conservar, proteger, e valorizar os bens culturais paulistanos foi criado o Departamento do Patrimônio Histórico — DPH em 1975.<sup>13</sup>

Tanto o Sphan, Condephaat como o DPH tiveram na sua origem uma prática preservacionista, cuja ênfase recaiu na proteção de bens característicos da história da arquitetura brasileira.

O patrimônio cultural é entendido como um amplo e diversificado conjunto de bens culturais que permite a cada segmento social apropriar-se do passado, compondo imagens de sua identidade, quer individual ou coletiva.<sup>14</sup> Destituído de critério único, objetivo e universal, o conceito engloba bens culturais não-consagrados, expressões e fazeres das classes populares, bem como a identificação de elementos coletivamente importantes em nossa sociedade, além do tradicional patrimônio histórico e artístico. Busca-se a valorização da cultura, da memória, da educação e da história.

Manifestações culturais espontâneas estão carregadas de expressões culturais que caracterizam as comunidades. É preciso criar mecanismos para divulgação e participação da comunidade. O trabalho de valorização, preservação e reutilização do patrimônio cultural constitui uma forma de envolvê-la, permitindo-lhe a consciência de si mesma e a revitalização das tradições. A valorização da identidade cultural permite que se intensifique o sentimento de pertencimento à comunidade. Em contrapartida, o abandono e desvalorização do patrimônio cultural expressam nossa dependência cultural.

---

12 Trata-se da Lei 8.328/75 que criou as Z8-200, possibilitando a preservação de imóveis pontuais e conjuntos, situados em diversas regiões da cidade.

13 Lei 8.204.

14 NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, 10, 1993.

A alteração do conceito encontra-se associada à mudança do significado do termo bem cultural. Faz-se necessário ponderar que conceitos são historicamente datados, encontram-se associados à própria história da sociedade. Cabe aos órgãos de preservação incorporar verdadeiramente o conceito patrimônio cultural, estendendo sua política de valorização para aspectos não consagrados da cultura brasileira.

## **Nosso patrimônio cultural: uma metodologia de pesquisa**

A identificação do patrimônio cultural da cidade de São Paulo tem como instrumento de pesquisa um inventário que busca evidenciar bens tangíveis e intangíveis coletivamente importantes, com a preocupação de relacionar turismo e patrimônio.

Ao ministrar a disciplina Turismo e Patrimônio Cultural no curso de Turismo da Universidade Anhembi Morumbi foi detectada a carência de informações, de forma rápida e segura, reunida em um único local, das áreas de interesse histórico e cultural da cidade de São Paulo. Objetivou-se reunir informações concisas sobre a natureza dos bens culturais, valor ambiental, histórico, instrumentos de proteção e características básicas, incluindo potencialidade turística, sinalização, acessibilidade, divulgação e demanda, num banco de dados.

A metodologia de pesquisa desenvolvida pautou-se por identificar o patrimônio cultural coletivamente importante, mediante a realização de entrevistas com moradores/usuários da cidade. Tal estratégia decorre da necessidade de se ampliar a discussão sobre o caráter do patrimônio cultural, sempre restrito aos técnicos da preservação, arquitetos, historiadores, engenheiros e particulares afinados com a temática, ou de imposições políticas do governo brasileiro.

Inventariar o patrimônio cultural implica uma multiplicidade de classificação e agrupamento do bem, que deve ser analisado integrado ao seu sistema, relacio-



nando-o ao seu habitat, sem tratá-lo como obra autônoma, descontextualizado de sua história e da cultura regional.

## A metodologia

O inventário Nosso Patrimônio Cultural reúne informações do bem cultural contextualizado ao conjunto do patrimônio cultural da cidade, sem priorizar apenas os bens tombados ou estabelecer alguma forma de hierarquização ou categorização, valorizando seu potencial de atratividade e sua importância social.

Os bens foram catalogados mediante a realização de entrevistas com moradores/usuários de bairros pertencentes à área urbana do município. Foram realizadas cerca de 300 entrevistas nas regiões do Bexiga, Bom Retiro, Brás, Butantã, Brooklin, Campo Belo, Centro<sup>15</sup>, Cerqueira César, Higienópolis, Interlagos, Ipiranga, Itaim Bibi, Jabaquara, Lapa, Liberdade, Moema, Mooca, Morumbi, Perdizes, Pinheiros, Santo Amaro, Vila Mariana e Vila Olímpia.

Aplicadas a pessoas de diferentes setores sociais, variadas faixas etárias, em horas diferenciadas, as entrevistas proporcionaram a criação de um espaço de interlocução, no qual o morador pode designar o patrimônio cultural que considera significativa em sua região.

Os entrevistados apresentaram dificuldades com a terminologia patrimônio cultural. Para superar o obstáculo, o entrevistador estava munido por questões que objetivavam mapeá-lo, sem necessariamente interromper a abordagem, inquirindo sobre a existência de edificações, logradouros, etnias, religiosidades, obras de arte, danças e comidas típicas, ou seja, as particularidades da região pesquisada.

---

15 Para facilitar a pesquisa a região central foi abordada a partir de uma divisão imaginária: o Triângulo, também conhecido por Centro Velho – formado pelos largos São Bento, São Francisco e Praça do Patriarca – e o Centro Novo – que corresponde à região da Praça da República e seu entorno.

Camargo evidenciou a importância da relação afetiva dos moradores com o patrimônio para a preservação dos bens culturais. Apesar de estarem incorporados ao cotidiano, não são distinguidos enquanto patrimônio cultural.<sup>16</sup>

Ao contrário do que se pode imaginar, os moradores locais, embora possuindo afetividade por elementos do patrimônio construído ou potencialmente a constituir, não tem condições para distinguir sua importância enquanto tal. Os objetos estão incorporados ao seu cotidiano. É preciso afastamento e estudo. Compreendendo que aquilo que temos diante de nós apresenta diferenças que não podem ser conhecidas intuitivamente.<sup>17</sup>

A pesquisa evidenciou a permanência de uma concepção de patrimônio marcada por uma visão tradicionalista. Os bens consagrados no imaginário popular são, sobretudo, as edificações e logradouros de caráter histórico, bem como determinados estilos arquitetônicos. Pensando de forma isolada, poucos destacaram conjuntos arquitetônicos, artísticos ou a ambiência dos bens.

A metodologia proposta buscava a realização de pesquisa de campo nas áreas pesquisadas, com visitas às edificações evidenciadas nas entrevistas e mapeamento do entorno, a fim de estabelecer o levantamento da potencialidade turística, além de consultas a bibliotecas especializadas e portais da internet.

Nessa etapa constatou-se a pouca disponibilidade de estudos sobre os bairros da cidade, a precariedade de informações sobre edificações, quer ao que se refere ao seu projetista, ano de construção, estilo, dentre outros.

A cidade possui monumentos consagrados e tradicionalmente veiculados na mídia: Parque Ibirapuera, Museu do Ipiranga, Borba Gato, Masp, Instituto Butantã, etc. Há que se observar, no entanto, que apesar da pesquisa ter sido realizada nas principais regiões nos quais eles se concentram, tais como área central, Ibirapuera, Paulista, Pinheiros, Itaim, Morumbi e Santo Amaro, nem todos foram identificados pelos entrevistados.

16 CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural*. São Paulo: Aleph, 2002.

17 CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural*. São Paulo: Aleph, 2002, p. 98.

Nesse sentido, cabe destacar que nesse primeiro momento estão sendo catalogados somente aqueles que foram identificados nas entrevistas realizadas junto aos moradores/usuários da cidade. Os bens culturais consagrados ou que possuem instrumento de proteção individual (municipal, estadual ou federal) serão inseridos no inventário na sua segunda fase de execução.

A pesquisa sobre o patrimônio cultural intangível, mais especificamente as manifestações de caráter popular, festas e tradições populares ainda existentes na cidade, revelou-se a fase mais problemática do levantamento. Foram identificadas festas populares de caráter devocional, logradouros que se notabilizam pela realização de feiras de arte<sup>18</sup>, outros que tem se destacado pela implementação de projetos de apresentações musicais<sup>19</sup>, corridas<sup>20</sup>, desfiles<sup>21</sup>, dentre outros.<sup>22</sup>

Algumas datas comemorativas de caráter devocional destacam-se no Inventário. O ciclo natalino pode ser percebido na área central com a tradicional exposição de presépios no Convento São Francisco de Assis e no Museu de Arte Sacra, e a festa Toyo Matsuri, na Liberdade<sup>23</sup>.

Ainda de caráter devocional, relacionadas ao calendário cristão, destacam-se a festa de Santa Edwiges e da Padroeira de Nossa Senhora Aparecida, no Ipiranga, a festa de Pentecostes da Paróquia de Santa Teresa, no Itaim Bibi, as tradicionais festas de origem italiana Nossa Senhora da Achiropita, no Bexiga, São Vito Mártir e Nossa Senhora de Casaluce, no Brás.

---

18 As tradicionais feiras de artesanato das praças da República e da Liberdade, e avenida Pompéia, e a feira de antiguidades do Bexiga.

19 Rua do Choro, na rua General Osório, concertos de corais no Viaduto do Chá, Festa dos Povos na Paróquia de Santa Teresa de Jesus e a Pholia na Faria constituem alguns exemplos da diversidade das manifestações culturais realizadas nos logradouros da cidade.

20 Trata-se da corrida de São Silvestre realizada na avenida Paulista.

21 No bairro do Bom Retiro realiza-se o Bom Retiro Fashion.

22 Podemos destacar a realização de tradicionais comemorações dos aniversários dos bairros, tais como a do Ipiranga, Santo Amaro, Lapa, entre outros.

23 A festa Toyo Matsuri abre os festejos natalinos do bairro da Liberdade.

Bairros de forte identidade étnica ainda preservam festividades relacionadas às comunidades que lhes deram origem. No bairro da Liberdade, local de forte concentração das comunidades orientais de origem japonesa, coreana e chinesa, destacam-se a festa das Flores – Hana Matsuri, o Festival das Estrelas – Tanabata Matsuri e o Moti Tsuki Matsuri<sup>24</sup>. No Brooklin foi resgatada uma homenagem à colônia alemã – o Brooklin Fest.<sup>25</sup> No Bexiga, reduto dos italianos e negros, realiza-se o Nhoque da Sorte, o Maior Pão do Mundo e o Bolo de São Paulo, além da já citada festa da Achiropita, concentra-se uma das escolas de samba mais tradicionais da cidade, a Vai-Vai.

Pesquisas institucionais e entrevistas com profissionais das áreas de preservação e técnicos da administração da Prefeitura do Município de São Paulo objetivaram conhecer os projetos turísticos, sobretudo, aqueles cujo enfoque é o turismo cultural, e o impacto da legislação de proteção no turismo.

Constatou-se, no entanto, a ausência da sistematização de informações por parte do poder municipal acerca da potencialidade turística do patrimônio cultural da cidade. Potencial área de exploração comercial, parte do patrimônio cultural encontra-se em processo de descaracterização e de degradação física. Muitos bens localizam-se em áreas degradadas, convertidas em parques de estacionamento irregular ou de concentração de comércio ambulante. A proteção e divulgação desses bens tem sido relegada pelo poder público, que sequer se preocupa em mapeá-lo ou sistematizar as informações em um único local.

O centro expandido apresenta grande concentração de bens culturais, faz-se necessário um plano de ação que altere o congelamento das funções ali instituídas, interferindo no processo de reprodução da economia local, revitalizando-a e desenvolvendo um projeto de turismo que garanta a sustentabilidade do patrimônio cultural. A reabilitação do espaço urbano e a revitalização do patrimônio cul-

---

24 Trata-se da realização em praça pública do Moti – bolinho da prosperidade.

25 A festa se caracteriza pela apresentação de bandas e danças típicas, festival do chope e barracas com produtos diversos.

tural são instrumentos importantes no fortalecimento das manifestações culturais em processo de descaracterização.

O planejamento de atividades de lazer que envolvam o patrimônio cultural da cidade, valorizando a cultura e a história, juntamente com a revitalização das áreas degradadas têm efeito positivo na valorização da memória da nação e no exercício da cidadania.

A metodologia de inventário encontra-se em permanente processo de aperfeiçoamento, fruto do diálogo que se estabelece no trabalho de campo e levantamento bibliográfico. A forma de apresentação do banco ainda não está desenhada, mas existe a preocupação em torná-lo facilmente acessível ao público interessado em obter informações sobre o patrimônio cultural da cidade de São Paulo. Busca-se reunir dados e evidenciar o potencial de atratividade dos bens culturais, valorizando-os, sem, no entanto, estabelecer hierarquizações ou categorizações, descartando as manifestações culturais de caráter popular.

No inventário ainda existem bens culturais com informações parciais, falhas e omissões. Essas lacunas serão preenchidas gradativamente, nas atualizações das pesquisas.

## Bibliografia

- BARRETTO, Margarita. *Turismo e legado cultural*. São Paulo: Papyrus, 2002.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio histórico e cultural*. São Paulo: Aleph, 2002.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2001.
- FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (Orgs.). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.
- LEMOS, Carlos. *O que é patrimônio histórico*. Brasiliense: São Paulo, 1987.
- MAGNANI, José G. C. *Patrimônio e cultura. Trilhas do patrimônio*. Brasília: DPHA, n° 3, 1996.

MARIANI, Alayde. A memória popular no registro do patrimônio. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. N° 28, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto história*. São Paulo: PUC-SP, 10, 1993.

PELLEGRINI FILHO, Américo. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas: Papirus, 6ª edição, 2001.

PIRES, Mário Jorge. Levantamento de atrativos históricos em turismo – uma proposta metodológica. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas e MILONE, Paulo César (Orgs.). *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

RODRIGUES, Marly. Imagens do passado. A instituição do patrimônio em São Paulo (1969-1987). São Paulo: Unesp, 2000.

YAZIGI, Eduardo e outros. *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

 pdfelement

Professora do Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi. Diplomada em Études Approfondies en Anthropologie Sociale e en Études Approfondies en Cinéma Anthropologique pela Sorbonne, na França. Doutora em Sociologia pela USP. Mestre em Antropologia pela UFGO. Pedagoga. Possui publicações no campo da antropologia destacando as festas como tema central

# O Cinema: uma Opção Metodológica

“O movimento criador não é jamais vão, inútil, um pensamento o dirige, coordena seu desenvolvimento para exprimir um fato, descrever um caráter, expor um problema e, sobretudo, provocar uma emoção.”

Dulac

**A**o longo da “epopéia científica e técnica”, na qual cientistas de vários campos e amadores convergiam seus esforços para criar condições para a emergência da imagem em movimento, muitos desses cientistas contribuíram visando à aplicação dessa técnica no campo de suas pesquisas — principalmente para buscar uma solução técnica para fixar um momento fugaz de observação para a análise do movimento.

Portanto, a utilização do cinema como técnica de investigação não é novidade. Já em 1942, Margareth Mead retirava os melhores resultados do uso do filme na análise do comportamento cultural. O clássico “Nanook” de Flaherty é de 1925.

Egon Shaden, numa palestra realizada em 1977 no Instituto Joaquim Nabuco, aponta para a importância da apreensão cinematográfica como recurso de grande valia para o pesquisador, pela sua capacidade de, ao fixar os momentos da observação, possibilitar a sua revisão quantas vezes forem necessárias, diminuindo falhas e lapsos.

Os próprios precursores do cinema, mesmo antes de conquistar condições técnicas da imagem animada, já sonhavam com a possibilidade de uma ilusão perfeita da realidade reproduzindo o som, o movimento e depois, também, a cor. Nadar, em 1887, já dizia que seu sonho era ver a fotografia registrar as atitudes e as mudanças de fisionomia de um orador ao mesmo tempo em que fossem gravadas as suas palavras.

E esse continua sendo um dos objetivos do uso da imagem animada no processo de investigação, cujo propósito seria explorar a imagem cinematográfica enquanto instrumento da descoberta do real, explorando o fato de que o cinema é testemunho inestimável do momento observado. Muitas vezes, as primeiras observações oferecem um quadro impreciso, vago, por isso o filme assegura a persistência da fase de observação trazendo um testemunho que poderá ser repetido indefinidamente. Pode, inclusive, se beneficiar das contribuições de outros observadores que não estiveram presentes no momento da investigação.

Annie Comolli, em sua tese “Les gestes du savoir”, aponta para o fato de que a investigação de atividades fugazes, irreversíveis, imprevisíveis, que não se deixam facilmente analisar devido a sua própria instabilidade, beneficia-se da capacidade do cinema em inscrever essas mesmas atividades num suporte durável. Dessa forma, o cinema autoriza a observação indefinidamente renovável de um mesmo fenômeno, assim como permite a comparação rigorosa das diversas variantes.



Claudine de France afirma que as inovações técnicas estão na origem do aparecimento progressivo de uma nova atitude metodológica, criando condições para a observação das atividades humanas diferente das técnicas convencionais. Assim, a introdução do cinema no aparelho de pesquisa muda a maneira de observar e pesquisar, fazendo da imagem em movimento um instrumento privilegiado de exploração do real e abrindo novas possibilidades de investigação.

À medida que o cinema é utilizado como instrumento de pesquisa, os investigadores encontram novas formas de utilização dessa técnica, ampliando assim, gradativamente o seu campo de ação.

Com Flaherty, 1921, nasce a idéia de uma estreita colaboração entre cineasta e pessoas filmadas a partir da observação comum da imagem. Assim, no dizer de Claudine de France, a observação na tela ousava pela primeira vez fazer concorrência com a observação direta.

Mais tarde, Germaine Dieterlen introduziria o filme como “guide d’entretien” junto aos informantes, fazendo, dessa maneira, ao longo da pesquisa, a observação cinematográfica preceder a entrevista oral.

Jean Rouch, por sua vez, também tenta uma nova experiência de observação cinematográfica, introduzindo o que ele chamaria de “anthropologie partagée” utilizando provas de seu filme “Horendi” para obter novas informações junto às pessoas filmadas e completar o seu registro inicial.

Quais são as implicações metodológicas mais evidentes dessas novas transformações no instrumento de pesquisa?

Antes de tudo, é preciso distinguir a utilização do cinema como técnica de exploração, que é uma forma diferente de observação, e o cinema como forma de apresentação e de divulgar os resultados de uma pesquisa, ou seja, o filme de exploração e o filme de exposição.

O filme de exploração distingue-se do filme de exposição pela função e pelo destinatário. Enquanto no filme de exposição o pesquisador seleciona as imagens, os ângulos que mais se prestam para a sua proposição, para o filme de exploração,

o pesquisador filma o maior número possível de informações para a sua própria observação.

O filme de exploração é a reprodução da realidade tal como aparece ao pesquisador – pode se dizer que ele ocupa o lugar do “bloco de notas”. É um documento que, na medida que é visto e revisto, revela aspectos que passaram despercebidos, pela própria incapacidade do observador ver tudo ao mesmo tempo, constituindo, assim, uma fonte muito rica de informações sobre a realidade observada.

Sabe-se da eficiência do procedimento de certos efeitos especiais que ampliam o poder analítico do registro cinematográfico. Os mais evidentes são o *close-up* e a câmera lenta que são extremamente reveladores numa micro-análise. Mas pode ser usado também o ritmo acelerado que permite revelar o movimento em outra escala, favorecendo uma macro-análise do comportamento no espaço como, por exemplo, descobrir o pólo de atração numa feira.

Um outro aspecto muito importante a considerar no filme é o “indício”. Françoise Hautreux analisa todas as possibilidades expressivas dos indícios. Diz ela que um filme sempre oferece indícios que são meios que indicam a existência de fatos não mostrados concretamente pelas imagens. Quando uma leve nuvem de vapor sai de um alimento ele mostra ao espectador que ele é consumido quente. Ervas ressecadas e amarelas testemunham um longo período de seca, etc. E não é difícil imaginar a fecundidade desse recurso numa fase de levantamento de dados, por sugerir, apontar aspectos a serem verificados, investigados.

Com o surgimento do vídeo, as possibilidades de auxiliar o investigador se ampliam e facilita, ainda mais, o seu trabalho. Uma delas seria a capacidade que o vídeo oferece de rever as imagens instantaneamente. Esse é um aspecto extremamente valioso para o pesquisador, pois permite uma integração extraordinária com as pessoas filmadas e uma real participação entre pesquisador e pesquisado. Ele favorece uma dupla integração – o cineasta no ambiente, no ritmo das pessoas filmadas e as pessoas à presença da câmera. Revendo as imagens junto com o pesquisador, as pessoas filmadas entendem com maior clareza os propósitos do pesquisador, favorecendo, assim, o intercâmbio entre eles.

Por conservar duravelmente os traços dos aspectos visuais e sonoros das atividades humanas observadas no próprio meio, os filmes são valiosos documentos que, inclusive, poderiam ser úteis para outros investigadores, sendo, por isso, importantíssimo que essas “anotações filmicas” sejam guardadas num arquivo visual.

Nada impede que um filme de exploração venha se transformar num filme de exposição. Um filme de exposição é, basicamente, o que o pesquisador escreve com a câmera sobre o assunto. Em muitos casos o filme pode expor com mais facilidade e eficiência que um texto escrito ou oral. A imagem cinematográfica exprime, com uma economia de meios inigualável, a multiplicidade de manifestações simultâneas que compõem o ambiente de um grupo humano.

O filme de exposição é uma síntese significativa da realidade estudada, por isso mesmo, resulta de uma pesquisa prévia indispensável para que o pesquisador seja capaz de selecionar os momentos essenciais que caracterizam o aspecto estudado. Somente depois de um período de inserção no grupo e depois de estudá-lo é que o investigador cineasta empregará os diversos procedimentos cinematográficos para apresentar o resultado de suas pesquisas.

Entre a realidade apreendida pelo pesquisador e a descrição que ele faz dessa realidade, se estabelece uma seleção de aspectos e ângulos considerados essenciais e outros menos importantes. Alguns pesquisadores criticam esses “recortes”, mas essa delimitação não diminui a validade do filme, principalmente porque, tanto ao filmar como ao escrever, o pesquisador, antes de tudo, delimita um “objeto” inserindo-o no interior de um quadro limitado do processo estudado.

É preciso dizer que não se pensa em empregar o cinema como técnica separada do conjunto de procedimentos tradicionalmente empregados nas investigações e nem pretender que ele se presta a todo tipo de pesquisa. É evidente que cada objeto estudado, pela própria condição de sua natureza e dos propósitos de pesquisa, pede a preferência de uma ou outra técnica de investigação.

A introdução do cinema no dispositivo de pesquisa cria uma nova linguagem, assim como modifica a relação entre realidade e observador, sendo, portanto,

necessário descobrir progressivamente as regras mais apropriadas à utilização fílmica e toda a gama de recursos que o filme pode oferecer.

Por ampliar e enriquecer os recursos clássicos de levantamento de dados e de apresentação dos resultados de pesquisa, é preciso viabilizar a possibilidade instrumental de efetuar repetidas experiências que forneçam material de análise numa estimulante troca de enfoques e de crítica, num esforço fecundo e criativo de identificar os elementos fundamentais dessa técnica e promover as mudanças que amplie, progressivamente, o seu alcance.

O uso do cinema leva o pesquisador a considerar o processo observado de maneira diferente e muitas vezes inesperada. Daí a necessidade de explorar, de um lado, teoricamente, o significado dos princípios metodológicos fundamentais e, por outro lado, através de múltiplas experiências, identificar a adequação das estratégias e sondar novas possibilidades e utilizações dessa técnica.

A utilização da imagem animada não é somente uma forma, entre outras, de colher dados ou expor dos resultados de uma pesquisa. É, também, um instigante recurso de divulgação e argumentação, um meio didático, e, inclusive, um meio para uma descoberta progressiva do processo estudado. Germaine Dieterlen, por exemplo, mostrava, em seus seminários, os filmes que ela fazia sobre as festas religiosas de Dogon. A partir das questões levantadas no decorrer do exame e reflexão do grupo, ela orientava as observações que faria no seu retorno ao campo.

Ninguém pode negar os privilégios do olhar cinematográfico – “olho sem corpo” – que pode aproximar, captar gestos sutis, expressões despercebidas, tiques, detalhes minuciosos sem mutilar o movimento.

Ninguém poderia negar a importância do privilégio de reproduzir o movimento. Uma seqüência de fotografias, por mais representativas que fossem, seria insuficiente para restituir o ritmo de uma dança, a cadência de um andar, a integridade dos gestos de uma técnica, de um rito.

Ninguém poderia negar também, a importância de fixar os fragmentos da vida real, os fragmentos transitórios que não serão jamais repetidos.

Testar, provocar novas formas de olhar, de investigar, é, no mínimo, provocador, fecundando a pesquisa de inquietações que levam a uma reflexão sempre útil ao progresso da ciência e à preocupação com o conhecimento.

Busca-se, portanto, com essa apresentação, apontar as contribuições desse “olhar” como portador de uma dimensão que poderá ser um valioso recurso para os investigadores.

## BIBLIOGRAFIA

COMOLLI, Annie. *Les gestes du pouvoir*. Nanterre, Université Pris X FRC. Coleção. Cinema et Sciences Humaines, 1983.

FRANCE, Claudine. *Cinéma et anthropologie*. Paris, MSA, 1982.

HAUTREUX, Françoise. *Cinématographie de l'esthétique des activités domestiques*. Nanterre, Université Paris X, Prépublications FRC n° 2,, 1982.

LEROI-GOURHAN, André. *Cinema et sciences humaines: Le film ethnographique existe-t-il?* In *Le fil du temps*, Paris, Fayard, 1983.

MAUSS, Marcel. *Les techniques du corps in sociologie et anthropologie*. Paris, PUF, 1950.

ROUCH, Jean. *La caméra et les hommes*. In *Pour une anthropologie visuelle*. Paris, Mouton E.H.E.S.S., 1979.

ROUCH, Jean. *Le film ethnographique*. In *Ethnologie Générale*. Paris, Pléiade, 1968.

Doutora e Mestra em Ciências da Comunicação pela ECA-USP e Socióloga pela PUC-SP. Professora do Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi nas áreas Metodologia do Planejamento Turístico e Metodologia da Pesquisa.

# O Trabalho Científico na Universidade

**A** ciência é o estudo sistemático, realizado com base em procedimentos metodológicos, sobre relações existentes de causa e efeito em fenômenos de qualquer natureza (sociais, biológicos, econômicos, etc.) buscando estabelecer conclusões lógicas e demonstráveis por meio de pesquisas e testes.

Na academia fazer ciência é uma ação importante à medida que permite o avanço do conhecimento e o aprimoramento das técnicas e tecnologias dele derivadas. No Brasil o caminho oficial que habilita para a construção do conhecimento é a pós-graduação *stricto sensu*, orientada para a formação de professores, que compreende os cursos de mestrado e doutorado<sup>1</sup>. Essa divisão implica em dois níveis:

---

<sup>1</sup> É possível, mas muito difícil, que o candidato faça o doutorado sem passar pelo mestrado.

- a) Dissertação de mestrado: na qual o candidato demonstra sua capacidade em trabalhar com diferentes teorias e pontos de vista elaborando uma síntese lógica delas, o que se faz mediante a revisão da literatura pertinente ao assunto estudado. A dissertação em geral agrega algum tipo de pesquisa empírica na qual estes conhecimentos são aplicados e testados.
- b) Tese de doutorado: na qual o candidato além de elaborar a síntese do conhecimento existente, acrescenta algum tipo de conhecimento novo ao tema abordado.

Na pós-graduação *lato sensu*, que engloba os cursos de especialização de modo geral, o enfoque dos trabalhos é mais técnico, estando restrito a uma determinada área, focando mais a aplicação de conhecimento que a produção de conhecimento<sup>2</sup>. Um elemento que distingue a pós-graduação *stricto sensu* da pós-graduação *lato sensu* (especialização) é que esta última não tem por objetivo, de modo geral, a formação de docentes. Independentemente do nível, entretanto, todo trabalho acadêmico apresenta características de trabalho científico uma vez que a abordagem é sistemática e a metodologia empregada é científica.

Embora a idéia de pesquisa remeta à busca de novas informações e conhecimentos, na realidade a inovação ou descoberta é bastante rara nos trabalhos acadêmicos onde, o mais comum é a ampliação ou refinamento de um conhecimento previamente existente (DEMO, 2000).

Características do trabalho de pesquisa na academia:

- As pesquisas acadêmicas em sua maioria se dedicam a aprofundar e testar conhecimentos solidificando as bases existentes.
- A atividade de pesquisa desenvolvida nas universidades é antes rotineira do que inovadora.

---

2 Evidentemente isto depende tanto do perfil do aluno quanto do curso. Não é raro que trabalhos de especialização possuam o nível de dissertações de mestrado.

- A competência em pesquisa na academia é freqüentemente avaliada mais em função do uso adequado das metodologias de pesquisa e do emprego eficiente de técnicas como a estatística, por exemplo, do que pela produção de novos conhecimentos.

É necessário que os acadêmicos se conscientizem de que a evolução do conhecimento científico, em todos os campos do saber, é um processo aparentemente lento que agrega as contribuições de todos os participantes da comunidade científica: pesquisadores, professores, estudantes, entre outros. As grandes transformações não acontecem repentinamente, na realidade elas se consolidam em determinados momentos quando ocorre a substituição dos modelos e teorias explicativas. Essas mudanças são raras e ocorrem em épocas que se caracterizam por grandes saltos orientados por gênios como Newton, Darwin ou Einstein.

## A pesquisa em hospitalidade, lazer e turismo

Nas ciências humanas e sociais podemos dizer que a pesquisa consiste em um esforço organizado e sistemático para investigar problemas específicos, de forma objetiva, que necessitam de soluções.

A questão de objetividade é complexa nos campos da hospitalidade, lazer e turismo onde existe um grande envolvimento dos valores do pesquisador, da orientação filosófica da pesquisa e do tipo de conhecimento que se pretende produzir.

Do ponto de vista do estudante tais pesquisas devem ter por objetivo aumentar o conhecimento sobre o objeto estudado. Antes de escolher um problema para estudo é necessário pesquisar a literatura relevante existente e elaborar uma síntese. Após esse procedimento o estudante estará engajado no processo de pesquisa devendo então tomar decisões como:

- Qual o tipo de pesquisa que será usado?
- Como estruturar o projeto?
- Como colher os dados?



- Quais dados são apropriados para a análise?
- Como analisar os dados?

Assim para FINN: 2000<sup>3</sup> em turismo e lazer, e para CLARK:1998<sup>4</sup> em hospitalidade e turismo, os estudantes são instados a elaborar pesquisas e estas devem ser definidas após a resposta de questões relevantes, como por exemplo:

- A pesquisa tem possibilidades de aplicação nos campos de lazer e turismo?  
– Pesquisa aplicada.
- A pesquisa explora argumentos teóricos que expliquem evidências empíricas e a proposição de modelos? – Pesquisa teórica.
- A pesquisa explica as relações de causa e efeito entre os elementos? – Abordagem positivista.
- A pesquisa procura entender e interpretar as ações humanas a partir das perspectivas individuais? – Abordagem fenomenológica.
- A pesquisa é formulada de forma estruturada com coleta de dados quantitativos e análise estatística? – Pesquisa quantitativa.
- A pesquisa analisa significados de textos ou palavras, é mais flexível e desenvolve teorias? – Pesquisa qualitativa.

## Tipos de pesquisa

As perguntas formuladas no tópico anterior mostram que existem diferentes tipos de pesquisa que podem ser desenvolvidas pelos pesquisadores nos campos da hospitalidade, turismo e lazer.

A distinção entre tipos de pesquisa não é suficientemente clara nem existe consenso entre os pesquisadores.

3 FINN, Mick; ELLIOTT-WHITE, Martin; WALTON, Mike. *Tourism & Leisure research methods. Data collection, analysis and interpretations*. England: Pearson Education, 2000 ISBN 0 528 36871 5. (pp. 1-12).

4 CLARK, Mona; RILEY, Michael; WILKIE, Ella; WOOD, Roy. *Researching and writing dissertations in hospitality and tourism*. London: Thomson Learning, 1998. ISBN 1 86152 046 8.

FINN: 2000<sup>5</sup> indica os seguintes tipos de pesquisa na área de turismo e lazer:

- **Pesquisa pura:** seria a pesquisa que se dedica a expandir os limites do conhecimento e acrescentar elementos à teoria. Nesse caso os resultados não teriam aplicação imediata nos campos do lazer e turismo. Exemplo: tomando por base as novas formas de interação social e de estilos de vida numa rede social ampliada, o pesquisador se propõe a estudar: **Como se caracteriza o lazer e estilos de vida no plano das relações interpessoais contemporâneas?**<sup>6</sup> Esse tipo de pesquisa é de interesse acadêmico e trata-se de pesquisa pura – irá contribuir para o conhecimento sobre as relações sociais na sociedade contemporânea.
- **Pesquisa aplicada:** seria aquela que é desenvolvida para a busca de solução de um problema que tem relevância direta para o lazer ou turismo. Exemplo: tomando por base a teoria de que o lazer pode contribuir para a redução da violência nos locais onde se concentram populações de baixa renda o estudante pode realizar uma pesquisa visando identificar: **Quais as atividades praticadas pelos jovens em seu período de lazer que poderiam contribuir para o desenvolvimento da solidariedade e solidificação dos laços sociais?** Esse tipo de pesquisa pode contribuir para o desenvolvimento de programas e ações sociais, além de fornecer informações sobre as atividades desenvolvidas pelos jovens que podem ser incorporadas a teoria.

5 id. ibidem.

6 Problema levantado com base em: PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Lazer e estilos de vida: reflexões e debates na perspectiva da “virada” da contemporaneidade. In: BURGOS, M.S., PINTO, L.M.S.M. (orgs) *Lazer e estilos de vida*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. ISBN 85 7578-010-7.

## Métodos de pesquisa

Para FINN:2000 os três métodos das ciências sociais que podem ser utilizados nos campos do lazer e do turismo são: levantamento (survey), experimental e etnográfico.

**Levantamento:** realizado por meio de questionários aplicados a uma amostra de respondentes. Permite o levantamento rápido de informações e serve para testar hipóteses ou verificar relações entre variáveis. É usado, por exemplo, para verificar níveis de satisfação do turista, preferências, nível sócio-econômico, em relação ao produto turístico consumido.

**Experimental:** envolve o teste de variáveis dentro de circunstâncias sob controle. É usado, por exemplo, no turismo, no lançamento de promoções de pacotes de viagens em determinados centros efetuando-se a comparação posterior do comportamento dos consumidores onde ocorreu a promoção e em outro local onde não ocorreu a promoção.

**Etnográfico:** envolve o estudo da complexidade das interações sociais no cotidiano. Focaliza o significado que os participantes atribuem à interação.

## Tradições de pesquisa em hospitalidade

FINN:2000 lembra que não existe consenso sobre quais os melhores caminhos para pesquisar o lazer e o turismo, e CLARK:1998<sup>7</sup> em hospitalidade e turismo aborda a mesma questão. Os autores destacam duas tradições de pesquisa que podem ser identificadas nestes campos, a partir da análise das pesquisas que são publicadas em periódicos científicos:

- **Positivismo:** que relaciona causas e efeitos.

7 CLARK, Mona; RILEY, Michael; WILKIE, Ella; WOOD, Roy. *Researching and writing dissertations in hospitality and tourism*. London: Thomson Learning, 1998. ISBN 1 86152 046 8.

O positivismo possui muitas facetas mas basicamente se refere ao emprego do método científico ao estudo dos fenômenos de natureza social, assumindo que:

- a) existe um mundo real de fenômenos físicos e sociais;
- b) esse mundo real é objetivo e tangível;
- c) esse mundo pode ser pesquisado e analisado para se obter conhecimento dos fenômenos;
- d) os métodos empregados nesta análise são objetivos, imparciais e imunes à influência dos valores e crenças;
- e) se a pesquisa for objetiva, a acumulação gradual dos conhecimentos permite uma descrição acurada dos fenômenos seu comportamento e inter-relações inclusive em termos de causa e efeito.

A abordagem metodológica mais expressiva do positivismo é a hipotético-dedutiva. O cientista se aproxima do fenômeno com idéias gerais sobre seu caráter e comportamento, e essas idéias constituem as hipóteses que serão testadas. Nas ciências naturais essas hipóteses são testadas por experimentação, mas nas ciências humanas e sociais os métodos utilizados são outros. Observamos a frequência com que os fenômenos se repetem e concluímos pela viabilidade da hipótese ou por sua falsificação. Basta que um dado seja contrário para que a hipótese seja considerada falsa. Isso significa que um conhecimento pode ser considerado como válido até que seja contestado.

- Fenomenologia: que estuda como os indivíduos atribuem significados ao mundo social. Assume que a realidade social é construída pela interação entre os indivíduos, focaliza os significados individuais no mundo social, considera que deva ser estudada a consciência humana da vida social, acredita que a ação humana é a resposta da interação com outros e a percepção e experiência dos outros.

O importante nessa questão é que o estudante tenha consciência de que perspectivas filosóficas diferentes influenciam o processo de pesquisa e a escolha dos

métodos. Assim a definição da abordagem teórica que será dada ao problema de pesquisa antecede a escolha do método.

## **Etapas de elaboração de uma monografia ou dissertação de mestrado**

Esquemáticamente podemos distinguir as seguintes etapas na elaboração de uma monografia ou dissertação de mestrado:

1. Escolha do tema: problema a ser estudado envolvendo a consulta a obras de referência, leitura de reconhecimento do material e seleção da bibliografia básica. Após a leitura crítica e reflexiva dos documentos o aluno está apto a formular o problema e propor uma forma de abordagem.
2. Elaboração do projeto de pesquisa: especificando como serão coletados, organizados e analisados os dados coletados em face do problema escolhido na etapa anterior.
3. Avaliação dos resultados obtidos frente a proposta inicial: finalidade, objetivos e hipóteses levantadas.
4. Amarração lógica e racional das idéias e construção dos capítulos com introdução e conclusão.
5. Redação provisória da dissertação.
6. Redação final.
7. Revisão ortográfica e organização das referências bibliográficas.

## **Considerações finais**

A pesquisa na universidade envolve o manejo de instrumentos teóricos e práticos, e a capacidade de utilizar as técnicas e os métodos para alcançar os resultados que respondam à pergunta-problema definida para análise. Para isso é necessário planejar cuidadosamente a investigação dentro das normas de metodologia científica tanto no que se refere à forma quanto ao conteúdo.

## Bibliografia

- FINN, Mick; ELLIOTT-WHITE, Martin; WALTON, Mike. *Toutism & Leisure re-search methods*. Data collection, analysis and interpretations. England: Pearson Education, 2000 ISBN 0 528 36871 5. (pp. 1-12)
- CLARK, Mona; RILEY, Michael; WILKIE, Ella; WOOD, Roy. *Researching and writing dissertations in hospitality and tourism*. London: Thomson Learning, 1998. ISBN 1 86152 046 8.
- PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Lazer e estilos de vida: reflexões e debates na perspectiva da “virada” da contemporaneidade. In: BURGOS, M.S., PINTO, L.M.S.M. (orgs.) *Lazer e estilos de vida*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. ISBN 85 7578-010-7.
- DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.
- DENCKER, Ada & DA VIA, Sarah Chucid. *Pesquisa empírica em ciências humanas*. São Paulo: Futura, 2002.
- DENCKER, Ada. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998.